

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade.

Luana Pereira da Costa

O FRACASSO ESCOLAR E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: um estudo sobre a disseminação da relação entre o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem, veiculadas pela revista Nova Escola (2013 a 2019)

2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade.

Luana Pereira da Costa

O FRACASSO ESCOLAR E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: um estudo sobre a disseminação da relação entre fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem, veiculadas pela revista Nova Escola (2013 a 2019)

Dissertação apresentada a banca examinadora como exigência parcial para obtenção ao título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, História Política e Sociedade EHPS, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno.

2020

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS À AGÊNCIA DE FOMENTO

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa de estudos e auxílio financeiro durante a pesquisa. Número de processo 134300/2018-1 do período de 07/2018 a 05/2020.

THANKS TO THE FUNDING AGENCIES TO CNPQ

National Council for Scientific and Technological Development) for the scholarship and financial assistance during the research. Process number 134300/2018-1 from 07/2018 to 06 /2020

AGRADECIMENTOS

Para fazer justiça a todos que participaram dessa trajetória de pesquisa seriam necessárias muitas páginas. Como isso não é possível, serei breve nas colocações para lembrar daqueles que estiveram comigo nos anos mais libertadores de minha vida, os do Mestrado Acadêmico.

A meu orientador, José Geraldo Silveira Bueno, intelectual sábio, coerente e generoso. Um homem ímpar! Minha gratidão: pelas duras exigências para com a escrita.

Aos meus tios, Adelaide e Hamilton, que não só me acolheram em sua casa, mas no seio de sua família, adotando a mim e aos meus, como seus! Me ensinaram a me deslocar em São Paulo, me esperavam com jantar quente, cama feita, roupa lavada e muitas vezes com cerveja gelada e churrasco. Nada do que eu diga aqui será agradecimento suficiente. Torço para que a vida os recompense!

Mauro Ribeiro Chaves, sua amizade me fez crescer como pessoa, seus incentivos e admiração me fizeram mais forte - obrigada por existir.

Bruno, Gisele, Isabela, Irene, Vivian, Fernanda, Paulinha, por terem me proporcionado momentos tão libertadores, vocês são pessoas incríveis.

Patrícia Coutinho, um dos presentes que o mestrado me proporcionou. Minha gratidão a você que fez desse processo menos solitário.

A Silaine, minha amiga e pedagoga, a melhor profissional que conheço. Pelo cuidado em tudo que faz, pela escola, por mim, por meus filhos. Sua presença sempre tão serena permitiu a realização desse sonho. Você sabe como e por quanto tempo minha ausência foi necessária - e enquanto estive ausente, você se fez presente. Obrigada!

A Luciana e Lilliane, presentes do universo. Que mulheres incríveis vocês são! Obrigada pelo apoio e incentivo, mas principalmente pelo tempo que me permitiram ter para a conclusão deste trabalho. Não tenho palavras!

A meus filhos, Julio e Giovana, os que mais sentiram minha ausência. Obrigada por toda a compreensão. Obrigada por aceitarem e respeitarem minhas escolhas, e por serem cúmplices em todas elas. Foram e são meus grandes companheiros de vida. Que o título que ora recebo abra espaços e

possibilidades para que vocês não se contentem com nada menos. Filha querida, as mulheres podem!

A minha mãe, que mesmo distante por quase três anos, é e sempre será a mulher de quem me recordo cada vez que preciso me sentir forte e segura. Seu incentivo e confiança me fizeram muita falta nessa trajetória, mas seus ensinamentos nunca me deixaram, “termine tudo que comece”, “faça bem feito tudo que se propor a fazer”, “não se contente com pouco”. Quanta falta senti de ser filha, quanta falta senti de ter mãe!

Ao meu irmão, Bem-hur, obrigada pelo incentivo e admiração, suas palavras são acalento para minha alma.

Ao meu avô, José Bazilio que, aos 86 anos de idade, não entendia exatamente porque eu precisava viajar tantas vezes para São Paulo nesses dois últimos anos, mais foi um dos meus maiores incentivadores.

DEDICATÓRIA

Ao Júlio César e Giovana, por quem minha ausência foi mais sentida...

RESUMO

O fracasso escolar tem sido um dos objetos de estudo e de investigação mais presentes na pesquisa educacional no País na medida em que vem sendo expresso por diferentes formas de seleção e classificação de alunos, tornou-se marca constitutiva do sistema escolar brasileiro. Apesar das causas mais profundas do fracasso escolar serem de origem sócio-política, de imediato, ele se manifesta principalmente através de dificuldade de aprendizagem acadêmica, revelado pelos baixos níveis de aproveitamento do alunado, especialmente os oriundos de escola pública, uma das explicações disseminadas para aquilo que conceituamos como a patologização *do* fracasso escolar. Desse modo, essa investigação teve por objetivo, analisar os processos de disseminação da relação entre fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem, na medida em que a literatura especializada tem indicado que boa parcela do alunado que ora fracassa na escola, tem sido, inadequadamente, caracterizada como portador de dificuldades. Para tanto, usamos como corpus de análise a Revista Nova Escola, um periódico de ampla distribuição nacional, que contempla uma variedade de assuntos relacionado a Educação, publicados nas formas de artigos, entrevistas, relatos de experiências, sugestões de atividades, planos de aulas e projetos prontos. O lançamento da Revista se deu em 1986, período em que se buscava consolidar a redemocratização do país, com objetivo de atualizar e informar o professor brasileiro. O periódico esteve por mais de 30 anos no Grupo Abril, fundado em 1950 por Victor Civita, e tornou um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina e consolidou-se como a maior editora de revistas comerciais do país. Considerando, portanto, a Revista Nova Escola como um canal para difusão do saber pedagógico e do saber docente, favorecendo a socialização de experiências educativas e fomentando o intercâmbio entre os educadores, como um veículo de comunicação integrante da indústria cultural, que propaga, através de seu conteúdo, ideias de seus produtores e consumidores, elaboramos as seguintes questões: Quais as expressões do fracasso escolar foram mais disseminadas pela revista Nova Escola, no período entre 2013 a 2019? Como as dificuldades de aprendizagem foram tratadas nesse período? Desse modo, embora editada e distribuída desde 1986, para essa pesquisa estipulamos um recorte temporal de seis (6) anos de publicações da Revista, entre os anos de 2013 à 2019, período no qual, encontramos todo o acervo da Revista disponibilizadas de modo digital, ponto esse que favoreceu o acesso a todo o conteúdo e possibilitou um cotejamento com base nos números de publicações sobre ambos os temas elencados, Fracasso Escolar e Dificuldades de Aprendizagem, e fez um total de 70 edições. O procedimento de coleta dos dados se deu por meio dos descritores: Dificuldades de Aprendizagem, cujo encontramos 138 publicações e Fracasso Escolar, onde nos deparamos com 149 matérias, com base nessa premissa, organizamos sete (7) categorias de análise. Os dados colhidos foram incluídos numa planilha *Excel* que quando finalizada foi exportada para o software de tratamento estatístico *Sphinx iQ2*, cuja metodologia está expressa no corpo do capítulo 2.

PALAVRAS CHAVES. Fracasso Escolar, Dificuldades de Aprendizagem, Revista Nova Escola.

ABSTRACT

School failure has been one of the most studied and investigated objects in educational research in the country, as it has been expressed by different forms of selection and classification of students, it has become a constitutive mark of the Brazilian school system. Although the most profound causes of school failure are of socio-political origin, immediately it manifests itself mainly through academic learning difficulties, revealed by the low levels of student achievement, especially those coming from public schools, one of the explanations disseminated for what we conceptualize as the pathologization of school failure. Thus, this investigation aimed to analyze the processes of disseminating the relationship between school failure and learning difficulties, as the specialized literature has indicated that a good portion of the students who now fail at school, have been inadequately characterized as a carrier of difficulties. To this end, we use the Nova Escola Magazine as a corpus of analysis, a journal with wide national distribution, covering a variety of subjects related to Education, published in the form of articles, interviews, experience reports, activity suggestions, lesson plans and ready projects. The Journal was launched in 1986, a period in which the country sought to consolidate the democratization of the country, with the aim of updating and informing the Brazilian professor. The periodical was for more than 30 years in Grupo Abril, founded in 1950 by Victor Civita, and became one of the largest and most influential communication groups in Latin America and consolidated itself as the largest publisher of commercial magazines in the country. Therefore, considering the Nova Escola Magazine as a channel for the dissemination of pedagogical and teaching knowledge, favoring the socialization of educational experiences and fostering the exchange between educators, as a means of communication that is part of the cultural industry, which propagates through its content, the ideas of its producers and consumers, we elaborated the following questions: Which expressions of school failure were most disseminated by Nova Escola magazine, in the period between 2013 to 2019? How were learning difficulties addressed during this period? Thus, although edited and distributed since 1986, for this research we stipulate a time frame of six (6) years of publications of the Journal, between the years 2013 to 2019, a period in which we found the entire collection of the Magazine made available digitally, a point that favored access to all content and enabled a comparison based on the number of publications on both listed themes, School Failure and Learning Difficulties, and made a total of 70 editions. The data collection procedure took place through the descriptors: Learning Difficulties, whose 138 publications were found and School Failure, where we came across 149 subjects, based on this premise, we organized seven (7) categories of analysis. The collected data were included in an Excel spreadsheet that, when finalized, was exported to the Sphinx iQ2 statistical treatment software, whose methodology is expressed in the body of chapter 2.

KEYWORDS. School Failure, Learning Disabilities, Nova Escola Magazine.

Calo-me, espero, decifro.

As coisas talvez melhorem.

São tão fortes as coisas!

Mas eu não sou coisas e me revolto.

Tenho palavras em mim buscando um canal, são roucas e duras

Irritadas e energéticas,

Comprimidas há tanto tempo, perderam o sentido

Apenas querem explodir

Drummond Andrade

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A RELAÇÃO ENTRE FRACASSO ESCOLAR E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	5
1.1 Fracasso escolar.....	5
1.2 Dificuldades de Aprendizagem.....	12
1.3 Fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem.....	18
CAPÍTULO II - O FRACASSO ESCOLAR E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM VEICULADOS PELA REVISTA NOVA ESCOLA	24
2.1 O processo de coleta dos dados.....	31
2.2 Os artigos sobre o Fracasso Escolar e as Dificuldades de Aprendizagem na Revista Nova Escola (2013/2019)	33
2.2.1 Distribuição da produção no período.....	34
2.2.2 A relação entre as categorias	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte integrante do Projeto de Pesquisa *Inclusão/Exclusão Escolar e Desigualdades Sociais*, coordenado pelo Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno, dentro da Linha de Pesquisa *Processos de escolarização, desigualdades sociais e diversidade cultural*, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Teve como objetivo analisar a disseminação, para o público em geral, da caracterização do fracasso escolar sob o prisma das dificuldades de aprendizagem.

Sendo a escola um espaço de manifestação das desigualdades sociais e que, por si, gera a desigualdade educativa, desenvolveu ao longo dessa pesquisa um balanço bibliográfico sobre a relação entre *fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem* veiculados pela revista *Nova Escola*, periódico de ampla tiragem de âmbito nacional e de acesso a qualquer cidadão, o que expande seu leque de alcance e disseminação.

O fracasso escolar como uma marca constante da escola brasileira tem sido um dos objetos de estudos e de investigações mais presentes na pesquisa educacional no país (PATTO, 1990, 2000, 2008; FERRARO, 1999; BUENO, 1993, entre muitos outros) na medida em que ele é “expresso por formas diferenciadas de seleção e classificação de alunos, em diferentes contextos históricos e sociais,” [tornando-se] “marca constitutiva do sistema escolar brasileiro desde a Independência”. (PUC/SP.EHPS, 2018, p. 2):

Embora a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, determine que a educação é direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, e que, em decorrência, a legislação pareça indicar um esforço nacional para melhoria da qualidade de ensino, os indicadores de qualidade da educação, principalmente na educação básica, evidenciam que a garantia de acesso e as vagas na escola não são um sinônimo de igualdade de oportunidades educativas, condição essa definida por Algebaile (2009, p.6) como uma “ampliação para

menos”. Pois em resumo, o acesso ao processo de escolarização não promove a garantia a aprendizagem formal.

Portanto, a retórica oficial resulta por não alcançar aquele que deveria ser seu condicionante maior: o acesso ao conhecimento e à cultura socialmente valorizada, expressão da dicotomia entre o discurso oficial e a prática política real, uma marca permanente da seletividade escolar desde os tempos coloniais.

Por sua vez, a perspectiva do fracasso escolar aliada as dificuldades de aprendizagem vêm tomando forma, corpo e culpados. Em síntese alunos que não desenvolvem sua aprendizagem ao tempo e diante das mesmas possibilidades ofertadas ao todo, passaram a ser considerados como *portadores de distúrbios, transtornos e ou dificuldades*.

Embora muitos autores façam severas críticas sobre a visão individualista do fracasso escolar, onde culpabiliza-se o aluno, a família e ou o meio social, um numeroso grupo de pesquisas continua centrando suas análises nas características do aluno. E o encaminhamento destes alunos para a esfera médica, com o diagnóstico, de algum possível problema pelo profissional da saúde passa a ser o justificador do baixo rendimento escolar, redundando ainda para outros encaminhamentos clínicos (psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, etc.), fator este que influencia e determina de modo cada vez mais intenso, a indicação de medicamentos que, pretensamente, venham a contribuir para solução de problemas cognitivos ou de comportamento.

Tendo como finalidade investigar a disseminação mais ampla desse tema, a seleção do veículo a ser analisado recaiu sobre a revista *Nova Escola*, publicação técnica que completa, em 2020, 34 anos de existência. A seleção da Revista se deu por meio de dois critérios: 1- Pelo fato de ela ser uma das principais ferramentas utilizadas como base para o trabalho docente, tida como, se não o único, o mais importante periódico consultado pelos docentes da rede pública de ensino, obtendo altas tiragens anuais; e 2- Pois além de sua destinação ao professorado, também se dirige à população em geral, sendo encontrada em bancas de revistas, compradas através de sites, disponibilizada de modo on-line, o que potencializa a seu alcance e disseminação.

A Revista Nova Escola, por iniciativa da Editora Abril, teve sua primeira edição, nomeada como edição zero, editada durante a ditadura militar, se estendendo de outubro de 1971 a abril de 1974, totalizando 27 números.

No encerramento das publicações da primeira edição do periódico, os leitores são informados que houve um “violento aumento de custo do papel” e a “necessidade de redefinirmos os objetivos e a política editorial da revista” (CIVITA, 1974, p. 3).

A segunda vez em que a revista foi lançada ocorreu logo após a retomada do regime democrático, em março de 1986, sendo editada até hoje, numa média de dez números anuais. Cerca de 15 anos separam o início das duas publicações, ambas dirigidas aos professores do 1º Grau (Ensino Fundamental) e muito semelhantes quanto à sua forma material.

Apesar dessas semelhanças, a sua repercussão no campo educacional diferiu sobremaneira, pois a revista *ESCOLA*, nome de batismo da primeira edição da revista, foi um fracasso do ponto de vista comercial e não parece ter alcançado relevância entre seus destinatários, ao contrário de *Nova Escola*, que teve forte penetração e aceitação entre os professores. (REVANH.2013)

Quando do lançamento da revista *Nova Escola*, cujo um projeto editorial parecia, à primeira vista, semelhante ao original e também com um título que suscitava implicitamente a fracassada publicação anterior, esta primeira fase nem mesmo chegou a ser mencionada no editorial que abriu o primeiro número, igualmente assinado pelo fundador do Grupo Abril, Vitor Civita, em que afirmava somente que a nova é “*resultado de um velho sonho*”. (CIVITA, 1986, p. 5).

Ao contrário da iniciativa original, ela se tornou uma das principais ferramentas utilizadas como base para o trabalho docente, consequência de uma parceria entre a Fundação Victor Civita e o Ministério da Educação, distribuída a diversos sistemas de ensino (estaduais e municipais), além de ser comercializada amplamente por meio de bancas de revistas, vendas on line e assinaturas individuais, conforme indica Ripa (2010, p. 14):

Segundo o Instituto Verificador de Circulação 9IVC), publicado em 2008, “Nova Escola” é a segunda maior revista mensal em termos de circulação nacional, - em média 454.100 exemplares por mês (83% de assinaturas e 17% de vendas avulsas).¹

Foi assim até o ano de 2010, quando o Ministério da Educação (MEC), começou a realizar licitações públicas, que mantiveram a entrega da Revista Nova Escola por quatro anos consecutivos. Em 2015, a venda em bancas e em pontos comerciais foi encerrada e a entrega das edições passou a ser exclusiva para assinantes, hoje conta com 2,5 milhões de visitas mensais em seu site. A opção da venda e distribuição somente por assinatura, aconteceu visto ao potencial percebido pela Fundação Vitor Civita, em fazer a Revista crescer junto as plataformas digitais, desse modo, suas edições passaram a ser de responsabilidade da Associação Nova Escola, uma associação jovem, nascida em 2015, criada e mantida pela Fundação Lehman, com o objetivo substancial de “melhorar a qualidade da educação em nosso país”, uma associação sem fins lucrativos. (LEHMAN, 2016)

Em mais de três décadas de existência a Revista Nova Escola, produziu inúmeras reportagens, artigos, planos de aula e entrevistas com respeitados especialistas, assim passou a integrar a rotina de estudos e pesquisas de milhares professores no Brasil.

“Acompanho NOVA ESCOLA há muito tempo, noto a preocupação para com a saúde do professor, com as condições de trabalho, com a qualidade de formação inicial e continuada e em fazê-lo pertencentes às políticas nacionais que se refletem diretamente no nosso trabalho. Acho imprescindível que o debate de de políticas públicas educacionais possa estar no meso ambiente em que estamos pensando na prática em sala de aula “. Débora Gomes, professora em São João (BA), Educadora Nota 10. (NOVA ESCOLA, 2017)

“NOVA ESCOLA é minha companheira desde os anos 1990. Esclareceu minhas dúvidas, aliviou minhas angustias, mostrou possibilidades e indicou caminhos para ampliar meus conhecimentos. Hoje sinto-me extremamente feliz em compartilhar e trocar práticas de alfabetização com educadores de todo o Brasil, neste site maravilhoso. Assim posso devolver um pouco do que aprendia ao longo desses anos.” Mara Mansani, professora em Sorocaba (SP), Educadora Nota 10. (NOVA ESCOLA, 2017)

Essa expressiva distribuição e aceitação por parte do professorado, fez com que essa revista fosse selecionada como corpus da análise aqui pretendida.

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO ENTRE FRACASSO ESCOLAR E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

1.1 Fracasso escolar

O fracasso escolar tem sido um dos objetos de estudo e de investigação mais presentes na pesquisa educacional no País (PATTO, 1990, 2000, FERRARO, 1999; BUENO, 1993, entre muitos outros), na medida em que o fracasso vem sendo “expresso por formas diferenciadas de seleção e classificação de alunos, em diferentes contextos históricos e sociais, tornou-se marca constitutiva do sistema escolar brasileiro desde a Independência”. (PUC/SP.EHPS, 2019, p. 2)

Parcela significativa das análises sobre a educação no Brasil, em todas as suas modalidades e níveis, vem sendo tratada somente em si mesma, e não como uma “parte estruturante de uma sociedade dividida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas” (FRIGOTTO, 2009).

Para Frigotto (2009), essas ambiguidades podem ser explicadas através de três perspectivas: uma delas é a iluminista, pela qual a educação é tida como um “elemento libertador da ignorância”; a economicista, onde é encarada como “capital humano e produtora de competências”, capaz de nos tirar do atraso intelectual em que nos encontramos e nos colocar entre os países desenvolvidos, e, por fim, a “reprodutivista, numa perspectiva de análise para quem a educação seria a força motriz do capital”.

Segundo Algebaile (2009), essas formas históricas assumidas pelas Instituições - criadas com o intuito de atender demandas sociais - são irreduzíveis aos projetos a elas direcionados. De algum modo, viverão sempre o encontro e o choque entre os múltiplos projetos e ações, que nem sempre se dirigem à sua organização, mas que, no entanto, precisam de sua participação da escola. Daí a necessidade de, nesta análise, aprofundar as investigações sobre a escola e a crise na escola.

Partindo da premissa de que a história da educação brasileira se caracteriza, fundamentalmente, pela produção do fracasso escolar - que atinge

principalmente os alunos oriundos das camadas populares - antes de mais nada é preciso delimitá-lo com maior precisão. Isso porque, como afirma Charlot (2000, p. 16), o fracasso escolar como objeto de estudo não existe, mas pode ser interpretado por uma série de fenômenos agrupados genericamente sob o “rótulo de fracasso escolar”:

[...] esse não passa de um nome genérico, o fracasso escolar, é um modo cômodo para designar um conjunto de fenômenos que têm, ao que parece, algum parentesco. [...] afirmar que o “fracasso escolar” não existe é recusar esse modo de pensar. Sob o qual insinuam-se as ideias de doença, tara congênita, contágio, evento fatal. [...] o “fracasso escolar” não é um monstro escondido no fundo das escolas e que se joga sobre as crianças mais frágeis, um monstro que a pesquisa deveria esconder, domesticar, abater. O “fracasso escolar” não existe; o que existe são alunos fracassados, ou situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal.

Para esse autor, sob esse rótulo se agrupa expressivo contingente de situações escolares muito distintas. Por exemplo, a repetência e evasão escolares, os déficits de socialização e insuficiência de saberes e competências cognitivas, entre outros problemas sócio educacionais. Ou seja, para Charlot o fracasso escolar como objeto de estudo não existe, o que existe são crianças em situação de fracassados na escola.

Embora seja necessário considerar que a partir dos anos de 1980 tenha ocorrido expressivo incremento de acesso e permanência na escola, os resultados educacionais oficiais indicam – claramente - que significativa parcela do alunado não apresenta níveis de aprendizagem correspondentes às séries alcançadas, e que isso ocorre predominantemente com alunos provenientes de camadas populares.

Ou seja, se no

no passado, os processos de seletividade se davam pelo não acesso ou pelas retenções e evasões provocadas pela repetência escolar, no momento atual, com a ampliação das possibilidades de acesso para a quase totalidade de crianças com idade de ingresso no ensino fundamental, e pelos mecanismos de redução da repetência (sistema de ciclos, regime de progressão continuada, etc.), esta seletividade se expressa fundamentalmente pelos baixos índices de aprendizagem que continuam afetando, de forma contundente, os alunos provenientes dos estratos mais pobres (PUC/SP. EHPS, p. 1, 2019)

Esse novo processo de exclusão escolar é o que Bourdieu; Champagne (1992) descrevem como os processos de exclusão branda, continua, insensível e despercebida, uma vez que a escola exclui por movimentos dissimulados, postergando sua eliminação e reservando para as camadas populares possibilidades menos valorizadas de inserção social.

Se, na década de 1990, a UNESCO, comparando o desempenho dos sistemas escolares de 129 países na década de 1990, a UNESCO revelou que o Brasil tinha a pior realidade educacional do mundo (Folha de S. Paulo, 21/07/1994, p. 11), a situação atual não é das mais animadoras.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promove o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Trata-se de levantamento estatístico feito sobre a educação mundial, cujo objetivo é avaliar o desempenho em leitura, matemática e ciência. Seus resultados são divulgados a cada três anos e, em sua última edição, de 2018, apresentou os seguintes resultados sobre a educação brasileira:

- 68,1% dos estudantes brasileiros estavam no pior nível de proficiência em matemática e não possuíam nível básico, com o país caindo da posição 65^a, em 2015, para a 70^a posição;

- em ciências, nenhum aluno conseguiu chegar ao topo da proficiência na área e 55% não atingiram o nível básico;

- sobre leitura e compreensão de texto, também não avançamos, pois cerca de 50% dos brasileiros não atingiu o mínimo de proficiência que todos os jovens devem adquirir até o final do ensino médio; o Pisa 2018 revelou, ainda, que os estudantes brasileiros estavam dois anos e meio abaixo dos países da OCDE em relação ao nível de escolarização de proficiência em leitura (INEP, 2019).

Embora a massificação do ensino em nosso país tenha se iniciado a partir dos anos de 1960/1970, foi somente a partir de meados dos anos de 1990 que atingimos o pleno acesso ao ensino fundamental, o que tem sido analisado por diferentes ópticas.

Alguns pesquisadores acreditam que o problema decorreu da abertura da escola para as classes populares. Assim, transferem a responsabilidade do

insucesso para a criança que, segundo esta perspectiva, não teria condições culturais de acompanhar esse modelo e processo de escolarização.

Essa perspectiva reproduzia o irreal discurso da escola republicana, que buscava ressaltar seus vínculos com o ideário de igualdade social através da escola, alardeando a ideia de que a todos seriam dadas as mesmas condições de acesso, cabendo a cada um fazer o bom uso dessa oportunidade, para ascender socialmente

Nesse sentido, a igualdade de oportunidades não aboliria as desigualdades sociais, mas as tornaria “justas”, pois estariam fundamentadas na lógica do mérito individual: o conceito de meritocracia.

Segundo essa vertente, as desigualdades sociais não teriam mais por origem os locais de nascimento, as famílias, e os espaços e contextos onde a criança foi gerada e estabeleceu suas primeiras relações sociais, mas sim nas diferenças individuais, talento, força de vontade e inteligência, que deveriam ser desenvolvidas pelo sujeito em questão, visto que a ele eram dadas novas oportunidades de se desenvolver, e caberia a ele fazer um bom uso disso. (CARVALHO, 2016).

Contraopondo-se a essa perspectiva, surgiram outras correntes que, sob uma perspectiva crítica, colocaram em suspeição o ideário da meritocracia.

Ainda nos anos de 1980, o estudo de Fletcher e Ribeiro, (1987), comprovam que o problema crucial da escola pública naquela época não era a evasão escolar - como muito pensavam - mas a reprovação, que atingia 53,7% do alunado, e evasões ocorriam predominantemente, entre os estudantes reprovados.

Na década seguinte, em pesquisa abrangendo 60 escolas públicas de São Paulo, entre os anos de 1993 e 1994, Collares e Moysés (1994) constataram que 95% dos alunos que se evadiam da escola a cada semestre, não dispunham de qualquer condição para aprovação naquele ano letivo. Portanto, diante de uma conjuntura de reprovação iminente, evadiam-se da escola, e “estranhamente para alguns professores, retornavam no ano seguinte”.

Ou seja, o discurso político corrente, - de que a ampliação do acesso à escola e a eliminação da reprovação, pelo estatuto da progressão continuada,

tenha favorecido a escolarização daqueles antes excluídos da escola - não se confirma, como apresenta Carvalho;

Essa narrativa da escola como igualdade de oportunidades, embora ainda corrente, sofreu um grande revés a partir da difusão das teorias crítico-reprodutivistas que passaram a conceber a escola como mais um mecanismo de perpetuação e legitimação das desigualdades. A herança cultural de uma classe transforma-se em um “capital escolar” que rende aos privilegiados o supremo privilégio de ocultar a fonte de sua distinção. A escola não seria a instituição promotora da igualdade de oportunidades, mas a principal fonte legitimadora das desigualdades sociais e econômicas (CARVALHO, 2016, p. 02).

É fato que os indicadores educacionais brasileiros evidenciam certa evolução nas últimas décadas, como a expansão de matrículas nos mais variados níveis de ensino (Hasenbalg & Valle, 2003).

No entanto, não diminuiu as desigualdades percebidas no interior das instituições escolares, dando origem à expressão conhecida como “democratização quantitativa”, uma vez que o acesso ao processo de escolarização não reduziu as distâncias entre os grupos sociais e o acesso ao conhecimento (GARCIA; POUPEAU, 2003, p. 149).

A quantidade de analfabetos funcionais é a prova cabal da seletividade escolar no Brasil.

Notícia veiculada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, com base na pesquisa desenvolvida pela ONG *Ação Educativa* e pelo *Instituto Paulo Montenegro* comprova:

Três em cada dez jovens e adultos de 15 a 64 anos no País – 29% do total, o equivalente a cerca de 38 milhões de pessoas – são considerados analfabetos funcionais. Esse grupo tem muita dificuldade de entender e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas, como fazer contas de uma pequena compra ou identificar as principais informações em um cartaz de vacinação. Há dez anos, a taxa de brasileiros nessa situação está estagnada, como mostram os dados do Indicador do Alfabetismo Funcional (INAF). (*O Estado de S. Paulo*, 06 de agosto 2018)

Em síntese, embora o acesso à escola no Brasil tenha efetivamente alcançado índices praticamente universais, os mecanismos internos de seletividade continuaram presentes, tal como indica Moysés (2001, p. 53):

A artificialidade de pensar uma qualidade que prescindiria de quantidade e de uma quantidade sem qualquer qualidade dificulta o desvelamento das questões realmente centrais para o debate educacional. Em termos de país, não se pode falar em educação nacional, quando apenas uma parcela de quantitativamente inexpressiva está sendo atendida; qualidade sem quantidade remete a privilégio, não a sistema educacional. Por outro lado, a quantidade pressupõe, em si, um certo tipo, um certo grau de qualidade; isto significa assumir que não se pode negar a importância do direito a escola, conquistado politicamente pelas classes populares. A falsa dicotomia entre quantidade e qualidade nada pode acrescentar ao entendimento e enfrentamento dos problemas da escola brasileira

Fica, então evidente que, por trás dos discursos oficiais de busca da melhoria da qualidade da educação, a seletividade escolar é marca permanente, evidenciada por processos diferenciados, mas que redundam sempre na baixa escolarização que atinge, predominantemente, os alunos das camadas populares.

Assim, cabe rastrear na literatura especializada o modo como esse fenômeno tem sido tratado, ou mais precisamente, como tem sido categorizado.

Na obra já clássica sobre o tema, Patto (1990) considera o fracasso escolar uma história carregada de preconceitos e estereótipos, na maioria das vezes relacionados à pobreza, acarretando a naturalização do baixo desempenho escolar, especialmente no que diz respeito às classes menos favorecidas.

Analisando a influência que a psicologia exerceu na educação escolar brasileira, a autora conclui que ela foi fortemente influenciada por uma concepção organicista das aptidões humanas, arraigadas por presunções elitistas e racistas.

Contra-pondo-se a essa perspectiva, a autora enumera três causas para o fracasso escolar de crianças advindas das classes populares:

- 1- As condições de vida da criança;
- 2- A falta de adequação da escola pública para trabalhar com esses alunos; e
- 3- Ausência de sensibilidade e de conhecimentos, por parte dos professores, da realidade vivida pelos alunos, devido à distância cultural existente entre eles.

O contraditório para Patto (1990) é que a escola se apropriou dessas teorias, vislumbrando um modelo de educação igualitária, mas continuou depositando a responsabilidade do fracasso escolar do aluno ou em sua inadequação ao sistema ou a fatores externos.

Na esteira da perspectiva inaugurada por Angelucci *et al.* (2004), realizaram um balanço das teses e dissertações defendidas entre 1991 e 2002, na Faculdade de Educação e no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, selecionando e categorizando 71 trabalhos, dos quais 13 foram escolhidos para serem estudados em profundidade.

Na organização das respostas à a essa questão, as autoras criaram quatro categorias sobre o que encontraram em termos de conceituação do fracasso escolar:

a- Um problema psíquico: a culpabilização dos alunos e famílias, sob a presunção de que o fracasso percebido na escola está intimamente ligado à incapacidade intelectual desses alunos, resultante de distúrbios emocionais;

b- Um problema técnico: a culpabilização do professor por falta de habilidades técnicas ou uso de técnicas inadequadas para o processo de ensino aprendizagem;

c- Um problema Institucional: a culpabilização da Instituição escolar, que contraditoriamente a seu discurso, não transforma, mas reproduz aquilo que presenciamos na sociedade;

d- Um problema político: as pesquisas que evidenciam o carácter político da escola, a cultura escolar, a cultura popular e as relações de poder.

Ainda sob a perspectiva crítica sobre as causas do fracasso escolar, o estudo de Chaves, Silva e Melgaço (2015) buscou analisar se a relação entre o baixo rendimento e os processos de avaliação favorecia, de fato, o aprendizado e a progressão dos alunos ou estava contribuindo para que ocorresse, de

forma implícita, ou até mesmo explícita, o fracasso escolar no ensino fundamental.

Para as autoras, o rigor com o qual a escola aplicava a avaliação foi visto como um castigo, principalmente para aqueles estudantes que não permaneciam sentados, calados e obedientes durante as aulas, pois eram processos pontuais, classificatórios, seletivos, estáticos e antidemocráticos, que possibilitavam a poucos o resultado desejado e estigmatizavam a maior parte do alunado da escola pública investigada.

Por fim, no intuito de verificar como o fracasso escolar era incorporado pelo alunado, Pacífico, Pedrassi e Piotto (2018), analisaram os sentidos produzidos por alunos do Ensino Fundamental de uma escola pública de Ribeirão Preto – SP.

Para isso, com base na leitura de textos literários, jornalísticos e tirinhas que abordavam temas sobre Educação, avaliação e fracasso escolar, os alunos produziram textos argumentativos, orais e escritos, que constituíram o corpus da pesquisa, e cuja principal conclusão foi a seguinte:

o discurso dominante sobre o fracasso escolar, qual seja, o que atribui a culpa pela não aprendizagem ao próprio aluno, é repetido pelos sujeitos da pesquisa, que não duvidam do efeito da ideologia, tampouco instauram uma argumentação contrária a esse discurso (PACÍFICO, PEDRASSI e PIOTTO, 2018, p.1).

Verifica-se, portanto que os baixos resultados escolares boa parte do alunado, no Brasil, que se concentram de forma predominante nos alunos das camadas populares, não podem ser somente analisados por meio de abordagens que se baseiam unicamente nas suas condições individuais, que obriga a debruçar sobre a literatura que tratou das dificuldades de aprendizagem.

1.2 Dificuldades de aprendizagem

Embora esses últimos autores citados acima façam críticas sobre a visão individualista do fracasso escolar, que culpabiliza o aluno, sua família ou

o meio social, pesquisas recentes continuam centrando suas análises nas características do alunado

É o que se verifica, por exemplo, no estudo de Rose, Souza, Rossito, Rose (2012), cuja argumentação se pauta na perspectiva de que, apesar das causas mais profundas do fracasso escolar serem de origem sócio-política, de imediato ele se manifesta pela dificuldade de aprendizagem acadêmica, principalmente no que tange à alfabetização, na medida em que a escola não se mostra capaz de oferecer uma instrução adequada às necessidades e características das crianças de baixo nível socioeconômico.

Da mesma forma, Paes; Scicchitano (2008), em artigo que atualiza pesquisa efetuada em 1985, 20 anos após a publicação original, embora também façam críticas à imprecisão, queixas do professor e dos diagnósticos da equipe de saúde, analisam os dados coletados como expressão das dificuldades dos alunos, concluindo pelo aprimoramento tanto em relação às queixas dos professores, quando ao diagnóstico clínico:

Não se observa, nos últimos 20 anos, mudança significativa na tendência de culpabilizar a criança e sua família pelos problemas de aprendizagem. A persistência dos problemas de aprendizagem na alfabetização, no desenvolvimento da escrita e da leitura compreensiva aponta para a necessidade de desenvolver ações preventivas como forma de enfrentamento do problema (PAES e SCICCHITANO, 2008, p. 146).

Bartholomeu, Sisto e Rueda (2006, pp. 139-141), por sua vez, na análise de resultados escolares não compatíveis com as expectativas dos sistemas de ensino e das escolas, referem-se a esses resultados como provenientes de “dificuldades escolares”:

Em qualquer época da vida as pessoas podem manifestar dificuldades de aprendizagem. Assim o termo dificuldades de aprendizagem englobaria um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestariam em dificuldades em tarefas cognitivas, podendo ocorrer em pessoas normais, sem problemas visuais, auditivos ou motores, além de, aparentemente, estarem relacionados a problemas de comunicação, atenção, memória, raciocínio, entre outros, ou se manifestarem concomitantemente a eles. Podem ocorrer ainda dificuldades momentâneas e/ou em áreas específicas, abrangendo várias áreas de conhecimento.

Ou seja, para esses autores, as “dificuldades em tarefas cognitivas” são encaradas como intrínsecas aos alunos, mesmo aqueles considerados normais.

No entanto, desde o final dos anos de 1980, outras vertentes têm questionado a perspectiva, inaugurada no Brasil, pela obra de Patto (1990), na medida em que contestam que o baixo rendimento escolar se deva única e exclusivamente a características dos alunos, sem levar em conta o papel da própria escola, dos sistemas de ensino e do meio social, naquilo que ela cunhou como “a produção do fracasso escolar”

Dentro da primeira vertente, uma das polêmicas constantes se refere à terminologia, na busca de distinções mais precisas, tal como indicavam Kirk e Gallagher, ainda nos anos de 1960.

Os primeiros estudos sobre as dificuldades de aprendizagem surgiram em meados dos anos de 1960, vinculados a uma perspectiva organicista, tal como indicavam Kirk e Gallagher (2002, p. 364)¹: um “rótulo que inclui um grupo heterogêneo de crianças que não se encaixam muito bem nas categorias tradicionais de crianças excepcionais”

Quando se referiam às causas e manifestações desses distúrbios, esses autores assim argumentavam:

Uma dificuldade de aprendizagem refere-se a um retardamento, transtorno, ou desenvolvimento lento em um ou mais processos da fala, linguagem, leitura, escrita, aritmética, ou outras áreas escolares, resultantes de um handicap causado por uma possível disfunção cerebral e/ou alteração emocional ou condutual. Não é o resultado de retardamento mental, de privação sensorial ou fatores culturais e instrucionais (KIRK; GALLAGHER, 2002. p. 263).

A busca por maior precisão sobre a etiologia e o diagnóstico foi se tornando cada vez mais intensa, como nos mostra o estudo de Golfeto (1985, p. 71) que, após apresentar expressiva revisão sobre a caracterização dessa síndrome, delimita seu objetivo em levantar dados e cotejar os resultados de pacientes classificados como portadores de DCM e crianças normais, concluindo que a

¹ A consulta à obra foi feita na tradução da publicação original em inglês que data de 1962.

comparação dos resultados entre os dois grupos mostrou que a situação estruturada de laboratório diferencia os sujeitos DCM dos do grupo Controle e que cada sujeito tende a agir de modo não-típico em uma situação nova e estabiliza seu comportamento conforme aumenta a familiaridade com cada estímulo. A criança do grupo Controle responde com maior frequência aos estímulos selecionados, em um ambiente complexo e com frequência de respostas semelhantes entre si. O grupo DCM responde indiscriminadamente aos diferentes estímulos.

Ainda na última metade do século passado essa perspectiva permanecia, conforme pode se constatar pela obra de Hammill (1990), que classificava esses distúrbios como dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas, presumivelmente resultantes de disfunções no sistema nervoso central.

Considerando que o problema residia na ausência de um conceito universal para o tema, Smith *et al.* (1997, p. 11) defendiam que diferentes profissionais que lidam com os distúrbios/dificuldades/transtornos de aprendizagem, cada qual a seu modo, devem

buscar elaborar e adoptar uma definição conceptual para esse distúrbio que seja menos ambígua, menos excludente e que possa ser facilmente entendida por profissionais de diferentes áreas, familiares e os próprios educandos

Ainda sob essa perspectiva, Paes e Scicchitano (2008), em estudo citado anteriormente, ao atualizarem pesquisa realizada 20 anos antes, utilizam-se dos mesmos indicadores, todos eles centrados nos alunos.

No estudo original, de 1988, a caracterização dos problemas de aprendizagem desembocava em 13 indicadores: troca de letras na escrita, problemas de ortografia, dificuldade de aprendizagem, dificuldade de aprendizagem relacionada à motivação, dificuldade de aprendizagem relacionada a problema emocional, dificuldade de atenção, dificuldade em leitura e escrita, dificuldade na leitura, dificuldade na escrita, dificuldade em leitura, escrita e cálculo, dificuldade em matemática, problema de comportamento em sala de aula e problema de coordenação motora).

Na atualização de 2008 sintetizam esses indicadores a em apenas cinco: problema de aprendizagem, problema de atenção, hiperatividade,

reprovação/baixo rendimento, não faz atividade sozinho/organização e não acompanha/lento. (Paes; e Scicchitano, (2008, p.149).

A partir dos anos de 1990, surge toda uma literatura que efetua crítica de fundo a essa perspectiva organicista,: na verdade, ela se transmuda de “disfunção cerebral mínima” em transtornos diversos, sendo que, no campo da educação escolar, entra em cena o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, cujo aumento nas últimas duas décadas foi impressionante. Estudos dessa vertente chegaram à conclusão de que 4,8% da população brasileira possui essa síndrome (O Estado de S. Paulo, 2014, 11 de agosto), ou seja, mais de nove milhões de cidadãos seriam acometidos por TDAH,.

Nesse sentido, estudos divulgados em 2012 pela Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BRASIL.ANVISA, 2019) chamam nossa atenção, com dados preocupantes quando ao crescimento do consumo de medicamentos psicotrópicos ainda na infância: nos últimos dez anos, o volume de metilfenidato importado pelo Brasil ou produzido em território nacional passou de 122 kg, em 2003, para 578 kg em 2012, - alta de 775%,- tornando o Brasil o segundo maior consumidor de Ritalina, atrás apenas dos EUA, onde de cada cinco crianças, uma faz uso desse medicamento.

Esses dados tão alarmantes sobre a medicalização de crianças - cuja única indicação para prescrição é o baixo rendimento escolar, que se transfigura em dificuldades de aprendizagem ou de comportamento - não são criticados apenas por estudiosos que combatem sua disseminação indiscriminada.

Allen Frances (Nova York, 1942) - psiquiatra que durante anos participou da equipe que elaborou as sucessivas versões do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM, publicação especializada da American Psychiatric Association, que descreve e define as diferentes doenças mentais e é considerado pela medicina como a bíblia dos psiquiatras, -faz severas críticas ao Manual e à sua intencionalidade.

Frances dirigiu a equipe responsável pelo DSM IV que, segundo ele, à época já incluía outros transtornos patológicos. Os sucessores de Frances lançaram um novo Manual, o DSM V, sobre o qual ele discorda, em vista da ampliação exacerbada do número de transtornos. Para ele, este é um

retrocesso científico, uma vez que problemas comuns do cotidiano estavam sendo encarados como doenças e resultando em algum tipo de tratamento medicamentoso.

Frances denuncia esse procedimento, argumentando que a principal referência acadêmica da psiquiatria passou a contribuir para a crescente medicalização da vida. Para o médico, há inescrupuloso conluio dos laboratórios farmacêuticos, que perceberam nessas patologias um mercado promissor e decidiram levar seu público-alvo a acreditar que seus problemas podem ser resolvidos com o uso de medicamentos.

A respeito do uso desmedido de fármacos no alívio de problemas referentes ao processo de escolarização, o psiquiatra declarou que segundo ele “não há evidência a longo prazo de que a medicação contribua para melhorar os resultados escolares” (FRANCES, 2014, p. 3).

Enfim, apesar das críticas percebidas ao longo do estudo de todas essas literaturas, na busca por compreender como o baixo rendimento escolar, ainda permanece caracterizado como dificuldades/distúrbios/problemas de aprendizagem, encontramos uma diversidade de categorias elaboradas para contemplá-los entre diagnósticos e classificações:

1 – Quanto ao diagnóstico:

- Disfunção cerebral mínima;
- Transtorno do déficit da atenção e hiperatividade;
- Transtorno opositor desafiador;
- Dislexia;
- Disgrafia;
- Discalculia;
- Distúrbio psiquiátrico e
- Problema cognitivo.

2 - Quanto à classificação

- Problemas de linguagem escrita;
- Problemas na Fala;
- Problemas na Leitura;
- Problemas de aprendizagem matemática;

- Problemas de comportamento (condutas de auto regulação) e
- Problemas de Interação Social e Percepção Social.

Para Collares, Moysés e Ribeiro (2013), essa extensa lista de dificuldades e a proliferação de diagnósticos psiquiátricos juntam-se à permanente tentativa de padronização da vida que, pela estigmatização, buscam eliminar os diferentes modos de agir, ser, afetar, sentir, aprender, sonhar.

Por meio desse processo de medicalização procuram-se formas para silenciar e ocultar conflitos, e se voltam prioritariamente aos comportamentos socialmente indesejados. Considerados desviantes e/ou tidos como anormais - como os sentimentos de tristeza, as tensões e conflitos do viver, experiências escolares destoantes das esperadas ou a infância problemática - atualmente contam com 31 tipos de diagnósticos, com destaque para o TDAH e o TOD (Transtorno do Déficit de Atenção e Transtorno Desafiador Opositivo).

As diferenças que caracterizam e enriquecem a humanidade são tornadas transtornos. Desigualdades são escamoteadas, transformadas em doenças. As questões coletivas, de ordem política, social, econômica, cultural, afetiva, que afligem milhões de pessoas, são transformadas em individuais e representadas como doenças, transtornos, distúrbios. Problemas políticos são tornados biológicos, inatos a pessoa. (COLLARES, MOYSÉS e RIBEIRO, 2013, p. 15).

Na verdade, o que parece estar ocorrendo é que, numa educação de massas, a falta de propostas e ações verdadeiramente educativas e democráticas naturaliza os processos de exclusão e os tornam invisíveis ou mascarados por políticas públicas com aparência emancipadora. (NUNES, 2013, p. 263).

Nesse sentido, no campo acadêmico verifica-se um grande debate sobre o fracasso escolar, evidenciado por essas duas vertentes que, embora com diferenças, podem ser assim classificadas: a) uma perspectiva acrítica, que imputa as causas do fracasso escolar a características individuais; b) uma perspectiva crítica, que considera que a culpabilização do alunado esconde uma política educacional excludente e elitista.

1.3 Fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem

Considerando os inúmeros problemas que envolvem a educação brasileira, revelados pelos baixos níveis de aproveitamento pelo alunado, especialmente os da escola pública, uma das explicações disseminadas foi a da patologização *do fracasso escolar*, perspectiva severamente criticada por um conjunto expressivo de estudiosos, tais como Patto (1990), Bueno (1993), Guarino; Voltolini (2009), Gaudenzi e Ortega (2012), Collares; Moysés (2014), entre tantos outros.

Em síntese, eles argumentam que alunos que não se enquadram em padrões idealizados como normais, são considerados como *portadores de distúrbios, transtornos e dificuldades*.

A presença do saber médico como explicação e intervenção mais pertinente para lidar com problemas cotidianos não é algo novo, mas ao mesmo tempo, tem se intensificado nos dias atuais.

Esse processo de medicalização da vida vem interferindo na constituição daquilo que é imaterial ao ser humano, e ainda mais expressivamente nas sociedades ocidentais, onde ganhou repercussão, e está sendo amplamente discutido em todas as esferas da sociedade.

Para Chaves (2016), o processo de medicalização tem se estendido a todas as ramificações vida e está ligada à junção da “racionalidade biomédica e a expansão da cultura somática”.

Ainda para Chaves (2016) é no corpo, mais recentemente no cérebro e em suas conexões sinápticas, que as causas e origens de comportamentos, condutas e trajetórias de vidas são buscadas, perspectiva apoiada por outros pesquisadores, como (ZORZANELLI; ORTEGA, 2011, p. 35):

A ciência – e sobretudo a ciência médica - viria, assim, se colocando no lugar de oferta de sentido aos indivíduos contemporâneos, ao mesmo tempo em que convidaria à vigilância incansável do corpo por meio de tecnologias visuais, correções químicas e mecânicas, práticas de prevenção. O que se pode observar, no limite, é que a ciência vem se colocando no lugar de instituições tradicionais na tarefa de propor recomendações sobre como viver bem, provocando importantes alterações no terreno dos valores e sentidos que alicerçam a vida contemporânea. Por isso, falamos em uma

cultura somática. Assistimos, com isso, à formação de um paradigma da saúde baseado na crença de que é possível evitar e controlar ao máximo os danos de que o corpo padece

Embora o processo de biologização da vida não seja recente, Caliman (2006) considera que os últimos anos ocorreu considerável aumento nos casos de medicalização, e que as pesquisas que se debruçam a investigar o cérebro, com o objetivo de buscar uma aproximação maior na relação entre corpo e o psíquico tem crescido muito.

Para Caponi (2009), “a biologização reducionista da vida tem fortalecido a busca pela definição de quase todas as condutas e sofrimentos em termos médicos”. O ato de medicalizar, estreita uma relação com a normalização da existência, que em si, busca padronizar os indivíduos e subdividi-los em normais e anormais.

Nesse sentido, boa parte dos problemas educacionais passam a ser tratados pela área da saúde ou da psicologia, o que desemboca num verdadeiro círculo vicioso, “em que a demanda assim construída amplia a patologização, que aumenta a demanda por serviços de saúde, que amplia ainda mais a patologização” (COLLARES; MOYSÉS; RIBEIRO, 2013, p. 15).

O encaminhamento de alunos para a esfera médica e o consequente diagnóstico - mesmo que discutível, de algum possível problema pelo profissional da saúde - passa a justificar o baixo rendimento escolar, redundando em outros encaminhamentos clínicos (psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, etc.), fator que influencia e determina de modo cada vez mais intenso, a indicação de medicamentos que, pretensamente, contribuem para solucionar problemas cognitivos ou de comportamento.

Esse tipo de olhar considera que crianças apresentam dificuldades escolares devido a disfunções ou transtornos que interferem em campos considerados pré-requisitos para a aprendizagem, tais como: percepção e processamento de informações; utilização de estratégias cognitivas; habilidade motora; atenção; linguagem; raciocínio matemático; habilidades sociais, etc., devendo ser medicalizadas, pois é necessário que sejam reenquadradas dentro do perfil do alunado considerado normal.

Essa medicalização do fracasso escolar também é evidenciada pelo estudo de Pires (2016), que realizou pesquisa com o objetivo de analisar as

formas como a educação, em parceria com os serviços de saúde, caracterizavam alunos que apresentavam baixo rendimento escolar e que foram diagnosticados, por meio desse processo avaliativo, como educandos com dificuldades no processo de escolarização.

Para tanto, para a coleta de dados, Pires (2016, p. 79) selecionou documentos como: encaminhamentos elaborados pelos professores e diagnósticos das equipes multidisciplinares de saúde de município escolhido, cujo sistema de ensino era reconhecido como de boa qualidade e de grande preocupação para com a aprendizagem.

Segundo a pesquisa, 593 alunos foram encaminhados durante o período estudado (2012/2014);

- ✓ desses, 41 alunos não compareceram nas datas agendadas e 27 não concluíram a avaliação diagnóstica, resultando em 525 alunos avaliados;

- ✓ todos os 525 alunos encaminhados foram diagnosticados por equipe multidisciplinar como portadores de algum tipo de problema, comportamental, físico, intelectual ou de aprendizagem.

- ✓ os alunos encaminhados e avaliados tinham entre dois e dez anos de idade, acentuadamente crianças com idade entre seis e oito anos de idade, fase em que se inicia o processo de alfabetização e alfabetização matemática.

O que vale a pena destacar é que, segundo a pesquisadora, não é possível imputar à pretensa falta de formação dos professores e da equipe de saúde a responsabilidade por numerosos casos de encaminhamentos e diagnósticos, na medida em que, segundo ela, esses profissionais atuavam de modo sério e comprometido, sugerindo encaminhamentos porque, de fato, acreditavam que ele seria o procedimento mais adequado para o desenvolvimento dessas crianças no contexto de escolarização.

Na verdade, esse processo expressa uma lógica excludente e meritocrática do sistema, em que a distância entre o conhecimento exigido pela escola e aquele trazido pelas crianças das camadas pauperizadas da população é transformada em patologia:

essa apreciação que os próprios professores fazem a respeito do esse aluno, está ligada aos próprios instrumentos utilizados para este fim, e aos mecanismos de ensino criados

historicamente que expressam uma visão do sistema de classificação escolar que legitima a classificação social. Esses instrumentos empregados no registro do desempenho escolar dos alunos nem sempre expressam os reais conhecimentos e dificuldades desses, sendo também a manifestação da dicotomia entre ensino e aprendizagem (PIRES, 2016. p. 14).

Em síntese, o que esta pesquisa evidencia, é que esse processo de medicalização do baixo rendimento escolar tem se disseminado muito mais porque há toda uma produção técnica (como os manuais da área médica já indicados), que induzem esses profissionais a considerarem esses indicadores como sintomas de problemas intrínsecos do alunado.

Essa mesma perspectiva de crítica quanto a disseminação técnico/acadêmica dos distúrbios de aprendizagem como justificativa do baixo rendimento escolar é encontrada em balanços bibliográficos.

O primeiro deles (Aparecido, 2000) selecionou como *corpus* documental os manuais acadêmicos sobre distúrbios de aprendizagem, sob a seguinte justificativa:

- era o material ao qual efetivamente os professores tinham acesso, na medida em que a produção científica (teses, dissertações, artigos em periódicos especializados ou em anais de eventos científicos) não costumava chegar ao “chão da escola”;

- independentemente da nacionalidade dos autores, restringiu a seleção a obras publicadas em português, exatamente por ter como premissa que textos em língua estrangeira não são acessíveis aos professores da escola básica;

- manuais que abrangiam os distúrbios de aprendizagem em geral (desconsiderando aqueles que se voltavam para um tipo específico, como a dislexia, por exemplo).

Estes critérios redundaram na constituição de dez manuais publicados no Brasil, que compuseram o *corpus* documental do estudo.

Seu objetivo central foi o de cotejar o conteúdo dessas obras, com relação à caracterização e classificação dos distúrbios de aprendizagem nelas contidas, para verificar até que ponto a imputação dos distúrbios de aprendizagem pelo professorado em geral revelaria uma falta de conhecimento mais qualificado desses quadros.

Por meio de uma análise minuciosa das definições e caracterizações dos distúrbios de aprendizagem, contidos em manuais cujos autores possuíam reconhecimento profissional ou acadêmico, a autora concluiu que, embora ocorressem distinções entre eles, todas as expressões do baixo rendimento escolar (desatenção, falta de concentração, problemas de alfabetização, de aprendizagem da matemática, etc.) estariam enquadrados em uma das categorias desses distúrbios.

Ou seja, sua pesquisa comprova que os professores enquadravam os “alunos problema” como portadores de dificuldades de aprendizagem, não por falta de conhecimento sobre eles, mas porque sua formação pedagógica os induzia a isso.

O segundo balanço realizado por Oliveira (2012), em que desenvolveu seu estudo com enfoque na mesma problemática, as dificuldades de aprendizagens, utilizou como *corpus* documental as teses e dissertações sobre o tema, contidas no Catálogo de Teses da CAPES.

Seu objetivo central foi o de cotejar essa produção e verificar como ela se distribuía entre a perspectiva de imputação do fracasso escolar às dificuldades de aprendizagem e aquelas nas quais se notou uma perspectiva crítica sobre a essa abordagem.

Essas duas produções evidenciam também a disseminação das dificuldades de aprendizagem - tanto no ambiente profissional docente, quanto no acadêmico científico - como uma das principais vertentes de análise do fracasso escolar expresso pelo baixo rendimento escolar e que atingem de forma substancial estudantes oriundos das camadas populares.

Se essa é uma polêmica que envolve o campo acadêmico, vale a pena investigar como ela tem sido incorporada por um veículo de divulgação que tem como alvo principal o professorado em ação, mas que também atinge boa parcela da população, especialmente o segmento que se vale, de fato, da escrita como prática social.

CAPÍTULO II

O FRACASSO ESCOLAR E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM VEICULADOS PELA REVISTA NOVA ESCOLA

Segundo Ripa (2010), a imprensa periódica que aborda temas educacionais tem sido uma fonte valiosa de pesquisa para aqueles que se debruçam em estudar seus discursos pedagógicos e a repercussão dos mesmos

Para a mesma autora, muitos são os pesquisadores que analisam as potencialidades dessa mídia, podendo ser eles, revista, jornal, boletins e outros.

Esse autor considera, ainda que, independentemente de que tenha produzidos esses escritos (órgãos governamentais, professores ou editoras), se tornam *corpus* de análise privilegiado para interpretar e compreender a história da educação, visto que, neles estão inseridas concepções educacionais, orientações práticas e metodológicas e representações sociais veiculadas à essas publicações.

Para Bastos (2002), estudar periódicos nos possibilita uma análise avaliativa das políticas das organizações, das preocupações sociais, dos antagonismos e das filiações ideológicas e das práticas educativas e escolares.

Para Nóvoa (2002), que realizou uma sistematização das revistas educacionais portuguesas, editadas desde o ano de 1818, são três as razões que justificam esse tipo de pesquisa: a primeira seria que “a imprensa se torna o melhor meio para se aprender sobre a multiplicidade do campo educativo” (p. XX), uma vez que desvela as diversidades presentes nos sistemas de ensino sob diferentes perspectivas; a segunda está intimamente ligada à natureza das informações, pois “apesar da diversidade da imprensa, pode se dizer que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter imediato e fugaz, sendo frequente a lógica de reação a acontecimentos, normas legais ou situações políticas.” (p. 46); já a terceira destaca o papel da imprensa, “o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva” (p. 47).

Scalso (2004) considera que, com o aumento no índice de escolarização da população, a demanda por um material mais especializado cresceu, logo os

periódicos precisaram adotar perspectivas diferentes; produções voltadas para a educação e produções voltadas para o entretenimento.

Em nosso País, o Grupo Abril, fundado em 1950 por Victor Civita, tornou-se um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina. Em 1986, ano da primeira publicação da Revista Nova Escola, já se consolidava como a maior editora de revistas comerciais do país.

Com um acervo composto pelas revistas Cláudia, Quatro Rodas e Veja, já tinham obtido sucesso em todas as suas publicações e, pela generalidade de públicos diversos que contemplavam, seguiam uma tendência acentuada no mercado de revistas da época. (REVAH, 2013)

Com o interesse de prospectar um mercado ainda maior e permanecer na perspectiva de produzir matérias com fins mais específicos e para públicos específicos, surge a Revista Nova Escola, inicialmente lançada para ser o manual do professor de 1º grau.²

Com o passar das publicações, o próprio Vitor Civita entendeu que esse material não deveria ser restrito a professores, “mas que deveria se tornar um elemento de leitura agradável e instrutiva para professores de 1º grau, estudantes de Pedagogia, de Letras e Normal, e para todos os envolvidos na educação desse país”. (CIVITA, 1986)

Para Ripa (2010, p 65), os subtítulos presentes nas capas tinham a intencionalidade de apresentar o público para quem a revista se destinava, que sofreu alterações ao longo dos anos, passando de

para “Professores de 1 grau” (1986 a 1995), à “revista do Ensino de 1º grau” (1996 a 1997), à revista do Ensino Fundamental” (1998 a 1999), à “revista do Professor” (2000 a 2005), e atualmente à “Revista de quem educa” (2006). As alterações nos subtítulos da revista não acompanham apenas as novas nomenclaturas e tendências de ensino em nosso país, mas também procuram diversificar os consumidores da publicação. Hoje a expressão “quem educa” não se restringe aos professores de ensino regular, mas a todos os envolvidos de alguma maneira com os processos formativos (pais, voluntários em projetos sociais, monitores etc.), e revela também o novo papel atribuído aos professores da educação básica, além de ensinar, de ser professor, eles devem educar, ou seja assumir o papel de educadores.

Para a autora os destinatários da revista foram se modificando ao longo das edições, tendo em vista o próprio interesse comercial das publicações.

² Nível de ensino da época, correspondente ao atual Ensino Fundamental.

Assim o periódico foi se adequando para ampliar cada vez mais seu leque de leitores e conquistou uma fatia muito interessante do mercado.

Alguns dados sobre as publicações, exibidos nos quadros abaixo, podem dizer muito sobre seu potencial de alcance:

Quadro 1 – O perfil do leitor da Revista Nova Escola

IDADE	SEXO	CLASSE SOCIAL
60% têm entre 20 e 49 anos	masculino: 18% feminino: 82%	Classe A: 11% Classe B: 57% Classe C: 29% Classe D: 3% Classe E; 0%

Fonte Classe Social - Marplan consolidado 2009

Os dados do Quadro 1 evidenciam que o público atingido pela Revista é predominantemente pertencente à classe média do país, majoritariamente feminino e consumido por sujeitos em idade correspondente à inserção no mercado de trabalho.

Esses dados não vêm somente ao encontro dos dados do Censo Escolar de 2007³, mas também mostra a ampliação do seu público para além do campo estrito da educação escolar.

Quadro 2 – Processos de Circulação da Revista

Tiragem: 693.000 exemplares		
Circulação líquida: 418.970 exemplares		
Assinaturas	Avulsas	Exterior
351.980 (84,0%)	66.980 (15,9%)	10 (0,002%)

Fonte Classe Social - Marplan consolidado 2009

Conforme os dados do quadro 2, verifica-se que a venda por meio de assinatura é majoritariamente mais alta em relação as demais formas de comercialização da revista, o que por sua vez, corrobora por demonstrar que o perfil do cliente da revista é fidelizado.

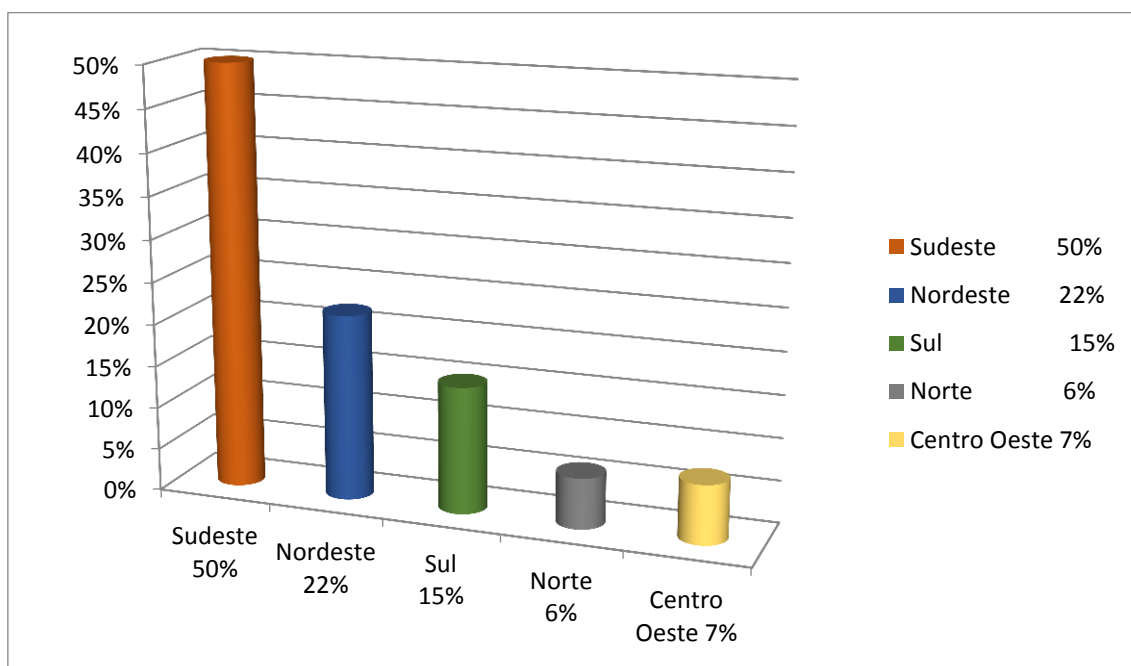
Além disso, os 15,9% da fatia das vendas avulsas mostram que o consumo por meio de banca de jornais era inexpressivo, assim como o

³ O estudo realizado por este órgão registra que, incluindo todas as etapas e modalidades da educação básica, 81,6% do professorado brasileiro é composto por mulheres. (BRASIL. MEC. INEP, 2009, p. 13)

reduzidíssimo percentual de vendas para o exterior, mesmo para países de língua portuguesa, evidencia seu caráter eminentemente nacional.

Lagoa (1998) considera, que após a morte de Victor Civita em 1990, houve certa pressão por parte da Editora Abril sobre a Fundação Victor Civita, para que o projeto editorial fosse alterado, para que se diminuísse o custo da produção, utilizando de uma linguagem mais jornalística e disputando um maior espaço de vendas nas bancas. No entanto, esse aumento aconteceu, mas não superou ou se igualou às vendas por assinaturas.

Gráfico 1- Alcance da Revista por região do País.



Fonte Classe Social - Marplan consolidado 2009

Sobre o alcance Regional da Revista, podemos observar que sua maior concentração de venda está na Região Sudeste com 50%, seguida pelo Nordeste com 22% e pela Região Sul com 15%, e com pequena distribuição nas Regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Segundo Ripa e Tancredi (2007, p.4), alguns depoimentos de professores de diferentes regiões podem demonstrar a influência do periódico na rotina de cada um deles como, por exemplo:

Prof.1 “A revista é cheia de sugestões de coisas diferentes e isso ajuda na aula. Ela apresenta projetos e eu tirei ideias de vários”.

Profe.2 “Como dizem: “nada se cria, tudo se copia”. Muitas vezes aproveito as ideias da revista, dou uma modificada, ou utilizo em sua forma original”.

Prof. 3 (O objetivo da revista) é ajudar o professor na sala de aula. Ela é fácil e ajuda bastante na preparação da aula”.

Segundo Ripa (2010, p. 106), o lançamento da revista coincidiu com o início do processo de redemocratização do país, logo após o término da ditadura militar.

Nesse período toda a sociedade passava por um novo processo de reestruturação de suas bases, inclusive a educação. Desse modo, era muito oportuno, do ponto de vista do mercado, lançar uma publicação que pudesse atingir as escolas brasileiras.

lançado o primeiro número da revista Nova Escola, com o discurso de que a educação para todos” poderia ser a solução para os problemas nacionais. Por isso, era preciso „informar “apoiar” e atualizar” o professor brasileiro. E a revista „Nova Escola “se disponibilizava a ser o suporte desta informação, veiculando seus ideais de educação, de professor, de alunos, de escola e de sociedade. (RIPA, 2010, p. 106)

No editorial da edição de lançamento da Revista, em março 1986, o próprio Victor Civita apresentou os objetivos que ele declarava inspirar a publicação:

fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto a comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica nos países; proporcionar uma troca de experiências e conhecimento entre todas as professoras brasileiras de 1º grau. (CIVITA,1986)

Segundo Ramos (2009), com a parceria firmada com o MEC, a produção da revista contou com verba pública para publicação, tendo a Editora Abril, em contrapartida, a tarefa de distribuir gratuitamente a Nova Escola às escolas públicas do Brasil.

O convênio inicial entre o MEC e a fundação previa que o MEC arcaria com 70% do custo de produção do material, mas, segundo este mesmo autor, durante o governo Collor esse convênio não foi renovado, o que resultou na

drástica diminuição de tiragem da revista, que viu seus números caírem de trezentos e setenta mil para apenas quatro mil impressões, o que afirmava a importância do subsídio estatal para a continuidade das edições.

O convênio voltou a ser firmado em 1992, segundo aponta Costa (2000), com a obrigação da revista ser entregue gratuitamente a cerca de 220 mil escolas públicas no Brasil, até o ano de 2014.

Até o ano de 1997, eram nove o número de edições por ano, sendo que, atualmente, não é editada apenas nos meses de julho e janeiro, período destinado às férias escolares.

Assim, o periódico se consolidou como uma das principais fontes de consulta e de formação dos professores da Educação Básica do nosso país.

Desse modo, a revista se estabeleceu no mercado a tal ponto que em 2008, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), a Nova Escola tornou-se a segunda maior revista mensal em termos de circulação nacional, com tiragem média de 454.100 exemplares por mês, sendo 83% deles fruto de assinaturas e outros 17% de venda avulsas em bancas de revistas. (IVC, 2008)

Em 2015, a venda em bancas de revista e pontos comerciais foi encerrada e a entrega das edições passou a ser feita exclusivamente a assinantes.

Através das mudanças, já se vislumbrava a busca pela distribuição da revista por meio de plataformas digitais. Nesse ínterim, a Fundação Victor Civita transferiu as marcas Nova Escola e Gestão Escolar (revista que visa os gestores educacionais, conhecida com a irmã caçula da Nova Escola), para a Associação Nova Escola, também criada em 2015, sem fins lucrativos, passando a ter como mantenedora a Fundação Lemann, que segundo as duas instituições, Lemann e Civita, possuíam objetivos em comum;

Nós da Fundação Lemann, compartilhamos o mesmo sonho que a Fundação Victor Civita: melhorar a qualidade da educação no Brasil. Acreditamos em uma educação com excelência equidade em que todos os alunos têm alta qualidade na aprendizagem. E sabemos que os educadores que fazem a educação acontecer todos os dias. É por isso que, com esta parceria, queremos expandir o alcance de Nova Escola e Gestão Escolar. Assim será possível acelerar e ampliar o diálogo com cada um dos professores, professoras, gestores e gestoras do Brasil. (LEMANN, 2015)

A Fundação Lemann, organização sem fins lucrativos, criada em 2002 pelo empresário brasileiro Jorge Paulo Lemann, afirma que seu objetivo é atuar na educação do país, realizando ações voltadas a inovação, gestão, políticas educacionais e na formação de jovens talentos.

A instituição vem promovendo desde então, diversos cursos para professores e estudantes, parcerias com outras Instituições, onde se destacam as estadunidenses, como Harvard University e Yale University,

A Revista em mais de três décadas já produziu muitas reportagens, artigos, planos de aula, entrevistas com especialistas e educadores e é “reconhecida pelos docentes como um dos periódicos educacionais maciçamente utilizados pelo professor como suporte para as atividades em sala de aula e também como referencial do fazer-se professor”. (DIONIZIO,2018, p. XX)

Em 15 de outubro de 2019, data em que se comemora o Dia do Professor, a Nova Escola apresentou ao mercado sua nova configuração, agora totalmente ancorada em ambiente digital.

Com 33 anos de presença no mercado editorial nacional, a revista deixou de existir na versão impressa, restringindo sua divulgação à Nova Escola Box, plataforma digital que reúne dicas e aprendizados para os professores compartilharem em sala de aula.

Agora totalmente inserida nas mídias digitais, continua sendo largamente utilizada como fonte de consulta pelos professores em suas novas plataformas, como o Nova Escola Clube, o site novaescola.org.br e nas redes sociais digitais (Facebook, Youtube e Twitter).

Desde a troca de mantenedora, o que provocou inúmeras reformulações nas plataformas digitais da revista que, já em maio de 2017, contavam com mais de 2,5 milhões de visitas mensais. Nesse contexto, consolidou-se, no ambiente da web, disponibilizando também ferramentas de busca, interatividade e redes sociais para os professores e assinantes.

Atualmente através de parceria firmada entre Fundação Lemann e Google, mais de 6 mil planos de aulas estão sendo disponibilizados pelas plataformas digitais gratuitas da Revista Nova Escola Box, um acordo de R\$ 21,8 milhões, que, segundo seus idealizadores, têm o objetivo de contribuir para a capacitação de professores brasileiros com o apoio da Google.org.

Toda essa sua trajetória evidencia o alcance de mídias como a revista Nova Escola não somente entre o professorado brasileiro, mas também entre a população em geral.

Apresentada a influência que o periódico exerce no meio educacional e social, apresentamos, abaixo os resultados desta investigação.

2.1. O processo de coleta dos dados

A partir daqui, portanto, apresentamos os dados e consequentes análises da disseminação da revista *Nova Escola*, nos aspectos sobre o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem, entre o período de 2013 a 2019, período este onde todo o acervo da revista pode ser encontrado em formato digital (via site da revista), o que permitiu o processo de coleta e análise de dados, no exíguo tempo que o sistema de avaliação da CAPES exige para a finalização de uma dissertação de mestrado.

Iniciamos pela apresentação do volume de publicações no período investigado, constante da tabela 1:

Tabela 1
Distribuição anual das edições (2013/2019)

Ano de Publicação	Ano da Edição	Números anuais	Edições
XXVIII	2013	10	259 à 268
XXIX	2014	10	269 à 278
XXX	2015	10	279 à 288
XXXI	2016	10	289 à 298
XXXII	2017	10	299 à 308
XXXIII	2018	10	309 á 318
XXXIV	2019	10	319 à 328
Total		70	

Uma primeira constatação foi a de que, ao lado das matérias integrantes de cada edição, a Revista disponibiliza semanalmente boletins de publicações, os quais, dada a sua relevância para os nossos objetivos, foram incluídos como parte do seu *corpus*

Para início da coleta, fizemos uso do próprio buscador da Revista Nova Escola, disponibilizado no site *novaescola.org.br*, um mecanismo que facilita o acesso rápido a informações sobre qualquer assunto que seja de interesse do

leitor, organizando e classificando estas informações com base nos descritores utilizados.

Como nosso interesse era em saber qual a recorrência com que os temas fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem eram abordados pela Revista em suas publicações entre os anos de 2013 a 2019, utilizamos os descritores abaixo, chegando aos seguintes resultados:

Tabela 2
Quantidade de registros de matérias sobre fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem (2013/2019)

Descritor	Número
Fracasso Escolar	346
Sucesso Escolar	731
Aprendizagem	4420
Dificuldades de Aprendizagem	1075
Total	6572

Ao constatar que inúmeros artigos constavam em mais de um descritor, decidimos restringir a seleção apenas aos dois descritores específicos: *Fracasso escolar* e *Dificuldades de Aprendizagem*, no recorte temporal definido, que resultou no seguinte *corpus*:

- 149 matérias sobre fracasso escolar; e
- 138 artigos sobre dificuldades de aprendizagem

Posterior a isso, definimos qual seria o tratamento dados a estes artigos e publicações;

Para isso definimos sete categorias para a análise pretendida

1. Autoria – especialista convidado ou da redação
2. Ano de publicação
3. Público destinatário – educacional ou público em geral
4. Tema abordado
5. Nível ou etapa de ensino
6. Componente curricular
7. Foco investigado

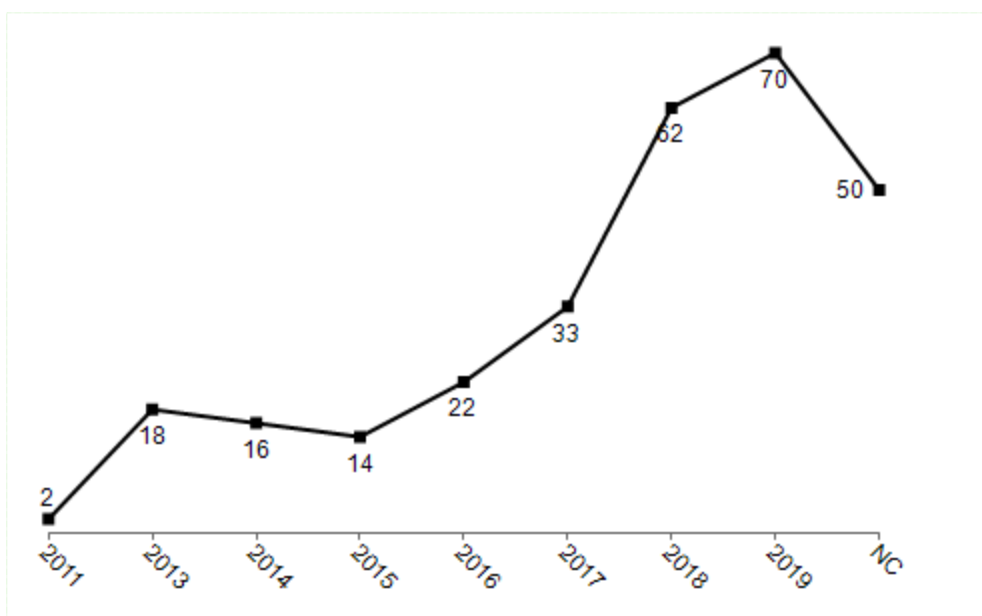
Os dados colhidos foram incluídos numa planilha *Excel* os quais, quando totalmente finalizada, foram exportados para o software de tratamento estatístico *Sphinx iQ2*.

Assim, por meio desses procedimentos, puderam ser criados gráficos e tabelas que serão apresentados e analisados no tópico seguinte.

2.2 Os artigos sobre o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem na revista nova escola (2013/2019)

O primeiro dado a ser apresentado refere-se à distribuição anual dos artigos sobre fracasso escolar e dificuldades de aprendizagem, conforme gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição dos artigos por ano (2013/2019)



A curva ascendente do gráfico indica incremento de matérias sobre os dois temas investigados, o que parece evidenciar a manutenção e, talvez, o crescimento de problemas estruturais da escola brasileira que resultam nos baixos índices de escolarização de grande parcela da população.

Nesse sentido, pode-se dividir o período em dois sub-períodos:

- 2013 a 2016, com uma variação entre quatorze e vinte e dois artigos por ano, perfazendo uma média anual de dezoito artigos;
- 2017 a 2019 – período em que ocorre um expressivo crescimento dos artigos, com média anual de cinquanta e cinco artigos;

- Se restringirmos esse segundo sub-período aos dois últimos anos, o crescimento é ainda mais evidente, alcançando uma média de 66 artigos anuais
- as cinquenta publicações incluídas na categoria NC (Não Consta), referem-se aos boletins publicados sem definição de datas e que se distribuíram por todo o período.

2.2.1 Distribuição da produção no período

Na tabela 3 está disposta a distribuição por ano e autoria.

Tabela 3
Distribuição dos artigos por ano e autoria (2013/2019)

Ano	Autoria		Especialista		Revista		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2013	0	0,0	20	100,0	20	100,0	20	100,0
2014	0	0,0	16	100,0	16	100,0	16	100,0
2015	0	0,0	14	100,0	14	100,0	14	100,0
2016	0	0,0	22	100,0	22	100,0	22	100,0
2017	0	0,0	33	100,0	33	100,0	33	100,0
2018	9	14,5	53	85,5	62	100,0	62	100,0
2019	10	14,3	60	85,7	70	100,0	70	100,0
NC	14	28,0	36	72,0	50	100,0	50	100,0
Total	33	11,5	254	88,5	287	100,0	287	100,0

A inexistência de matérias assinadas por especialistas, no período de 2013 a 2017 e a sua utilização a partir de 2018 parece evidenciar uma modificação na política editorial, provavelmente buscando evidenciar uma maior credibilidade em relação aos temas abordados.

De qualquer forma, a proporção de artigos assinados em relação àqueles de responsabilidade da equipe de redação da Nova Escola mostra que este é um recurso pouco utilizado.

Vale a pena ainda destacar que o percentual de boletins de responsabilidade de especialistas (NC), é exatamente o dobro dos artigos integrante do corpo da revista, qual seja 28,05% contra 14,0%; esta discrepância, em princípio, envolvendo matérias de cunho mais geral, que abordam temas distintos (política educacional, sistemas de ensino, formação docente) remete a uma questão: o tratamento qualificado desses temas exigem monos formação no campo da educação do que indicações didáticas?

A tabela 4 apresenta os dados sobre a distribuição dos artigos por público destinatário, ou seja, aqueles que se dirigem, dado o seu teor, aos educadores, e os que procuram atingir ao público em geral.

Tabela 4
Distribuição dos artigos por ano e destinatário (2013/2019)

Ano	Educação		Geral		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2013	11	55,0	9	45,0	20	100,0
2014	11	68,8	5	31,3	16	100,0
2015	9	64,3	5	35,7	14	100,0
2016	13	59,1	9	40,9	22	100,0
2017	19	57,6	14	42,4	33	100,0
2018	33	53,2	29	46,8	62	100,0
2019	30	42,9	40	57,1	70	100,0
NC	49	98,0	1	2,0	50	100,0
Total	175	61,0	112	39,0	287	100,0

Embora ocorra diferença significativa no total de matérias dirigidas para cada público (61,0% aos educadores e 39,0% para o público em geral), não pode ser considerado desprezível o fato de que a revista procura atingir a ambos;

O crescimento da incidência de matérias para ambos os públicos se assemelha, na medida em que a quantidade anual, tanto das matérias dirigidas aos educadores quanto ao público em geral apresentam incremento mais significativo basicamente no mesmo ano (2017).

No entanto, parece ser significativo o fato de que em 2017 e 2018, os artigos dirigidos para o público em geral tenha superado aqueles dirigidos aos educadores;

A quantidade quase que absoluta na direção dos educadores dos boletins (NC) era de se esperar, mas, mesmo aqui, em que a finalidade é a de apresentar sugestões práticas, uma delas procurou atingir ao público em geral. A distribuição anual dos artigos por tema específico é objeto da tabela 5.

Tabela 5
Distribuição dos artigos por ano e tema (2013/2019)

Ano	Tema		Dificuldades de Aprendizagem		Fracasso escolar		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2013	6	30,0	14	70,0	20	100,0		
2014	3	18,8	13	81,3	16	100,0		
2015	2	14,3	12	85,7	14	100,0		
2016	7	31,8	15	68,2	22	100,0		
2017	19	57,6	14	42,4	33	100,0		
2018	32	51,6	30	48,4	62	100,0		
2019	52	74,3	18	25,7	70	100,0		
NC	17	34,0	33	66,0	50	100,0		
Total	138	48,1	149	51,9	287	100,0		

Em números totais, pode-se considerar que existiram dois períodos distintos, o primeiro de 2013 a 2016, com 14 a 22 publicações anuais e, o segundo, com crescimento expressivo e contínuo, atingindo no último ano, setenta artigos, ou seja, uma média de sete pelo dez meses em que a revista foi publicada.

Mas essa distribuição se deveu a diferenças significativas entre os dois temas, cujas curvas tendenciais mostram diferenças significativas:

- ✓ a distribuição anual de matérias sobre distúrbios de aprendizagem mostra que ele foi tema pouco divulgado, de 2013 a 2016, sofrendo aumento expressivo a partir de 2017, intensificado de forma significativa e crescente nos dois últimos anos do período
- ✓ ao contrário, a distribuição anual de matérias sobre o fracasso escolar, com exceção de 2018, é muito mais equilibrada, ficando entre 12 e 18 produções anuais.

Se uma das possibilidades de explicação dessas diferenças, (especialmente no que se refere ao crescimento expressivo de matérias sobre os distúrbios de aprendizagem a partir de 2017) deve ser a de modificações decorrentes da passagem da revista da Editora Abril para a Fundação Leman, também não se deve descartar o fato de que ele possa estar relacionado à assunção ao poder de partidos e presidentes ultraconservadores.

Os dados referentes à distribuição anual dos temas dos artigos sobre o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem estão dispostos na tabela 6.

Tabela 6
Distribuição dos temas do artigos por ano e foco específico (2013/2019) (*)

Tema	Ano	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		NC		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prática Pedagógica		6	6,3	10	10,5	3	3,2	6	6,3	9	9,5	16	16,8	10	10,5	35	36,8	95	
Sistema de Ensino		2	2,9	1	1,4	1	1,4	2	2,9	13	18,6	13	18,6	27	38,6	11	15,7	70	81,5
Política Educacional		8	11,6	2	2,9	2	2,9	11	15,9	2	2,9	21	30,4	22	31,9	1	1,4	69	
Formação Docente		2	15,4	0	0,0	4	30,8	1	7,7	1	7,7	3	23,1	1	7,7	1	7,7	13	9,1
Geral		0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	38,5	3	23,1	5	38,5	0	0,0	13	
Avaliação		1	11,1	2	22,2	1	11,1	0	0,0	2	22,2	2	22,2	0	0,0	1	11,1	9	
Sistema social		0	0,0	1	11,1	2	22,2	0	0,0	1	11,1	2	22,2	3	33,3	0	0,0	9	9,4
Rel. família-escola		1	20,0	0	0,0	1	20,0	2	40,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	5	
Médico-neurológico		0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	50,0	2	50,0	0	0,0	4	
Total		20	7,0	16	5,6	14	4,9	22	7,7	33	11,5	62	21,6	70	24,4	50	17,4	287	100,0

(*) As colunas desta tabela foram destacadas para facilitar sua leitura, em razão da grande quantidade de informações nela contidas

Em termos globais, verifica-se expressiva concentração em três temas: Prática Pedagógica, Sistema de Ensino e Política Educacional, ou seja, embora seus mentores alardeiem que elas se volta predominantemente para subsidiar o trabalho docente, ao professor, a incidência sobre os dois últimos temas evidencia que, na verdade, ela procura atingir ao sistema de ensino como um todo.

Tanto é assim que, nos sete anos de publicações, foi constatada a existência de apenas nove matérias sobre avaliação (1,3 por ano, ou seja 2 a cada 3 anos), tema fundamental e intrinsecamente relacionado ao fracasso escolar e distúrbios de aprendizagem.

Dois foram os temas com incidência intermediária, Formação Docente e Temas Gerais sobre a educação, com treze matérias cada um, seguidos de temas bem menos explorados (Avaliação, Sistema Social, Relação família-escola e temas envolvendo aspectos médicos).

Quanto às curvas tendenciais por tema, entre os três mais recorrentes, verifica-se que:

- ✓ ocorre uma distribuição anual relativamente regular em todo o período, nas matérias sobre a Prática Pedagógica, com um único ano (2018), com mais de dez matérias;
- ✓ as matérias sobre Política Educacional apresentam uma maior irregularidade na distribuição anual, e
- ✓ foram nitidamente dois os períodos de incidência de matérias sobre o Sistema de Ensino: de 2013 a 2017, no qual em três anos (2014, 2015 e 2017) ocorreu a publicação de apenas duas matérias por ano e que, em 2013, foram publicadas 8 matérias e em 2016, com 11 matérias; um segundo período, composto pelos dois últimos anos, em que ocorreu um incremento significativo para mais de 20 artigos por ano;
- ✓ de qualquer forma, em todos os três temas, o incremento de matérias a partir de 2017/2018 é evidente.

Aqui, também, parece haver uma forte relação entre essa maior incidência de artigos nos três últimos anos e as mudanças radicais das políticas nacionais que fica ainda mais evidente no grande incremento de artigos sobre Política Educacional, exatamente no ano em que Jair Bolsonaro assume a Presidência da República, cujo Ministro da Educação tem

implantado reformas políticas largamente contestada por grande parte dos trabalhadores da educação.

Em todos os demais temas a distribuição anual das matérias é bastante regular, com exceção daquelas que trataram da educação escolar de forma geral, que até 2016 não foi encontrada uma matéria sequer, com 11 publicações efetivadas nos três últimos anos.

Parece sintomático e relacionado com as mudanças políticas que, junto com o incremento expressivo do tema da Política Educacional, os temas gerais de educação também tenham apresentado crescimento no mesmo período.

A constatação de que apenas 9 entre 287 matérias estabeleçam alguma relação entre os processos de escolarização, aqui delimitados sobre duas questões altamente polêmicas, como o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem, e o sistema social, parece evidenciar que o tratamento dado pela revista sobre ambas as questões se restringe ao âmbito educacional, sem correlação com os graves problemas sociais que afetam o país. de artigos entre

2.2. A relação entre as categorias

Feitas as análises em relação à distribuição temporal, neste tópico apresentaremos os resultados do conteúdo dos artigos sobre a relação entre as categorias.

Na tabela 7 estão dispostas as informações referentes à relação entre a autoria das matérias e o público ao qual ela, preferencialmente, se destina.

Tabela 7
Distribuição dos artigos por autoria e destinatário (2013/2019)

Destinatário \ Autoria	Especialista		Revista		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Educação	24	72,7	151	59,4	175	61,0
Geral	9	27,3	103	40,6	112	39,0
Total	33	100,0	254	100,0	287	100,0

Em relação ao total das matérias selecionadas, verifica-se que a quantidade de matérias publicadas sob responsabilidade da redação da revista é significativamente maior do que a assinada por especialistas, o que demonstra uma predominância da opinião da revista para ambos os públicos

Além disso, a parcela mais expressiva dos artigos se dirige, como era de se esperar, aos educadores, porém não se pode desconsiderar que mais de um terço delas se dirige ao público em geral.

Quanto a distribuição entre os dois tipos de autoria, embora no geral, a quantidade de matérias assinadas por especialistas sejam pouco significativa (apenas 33), a incidência muito maior em artigos dirigidos aos educadores, aliada ao fato de que somente nos dois últimos anos eles passaram a se responsabilizar pessoalmente pelas matérias parece estar aliada a uma demonstração de maior credibilidade das matérias publicadas, após a mudança de mantenedora.

A tabela 8 apresenta os dados referentes à relação entre a autoria e os dois temas específicos.

Tabela 8
Distribuição dos artigos por autoria e tema (2013/2019)

Tema	Autoria		Especialista		Revista		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Dificuldades de aprendizagem	26	78,8	112	44,1	138	48,1		
Fracasso escolar	7	21,2	142	55,9	149	51,9		
Total	33	100,0	254	100,0	287	100,0		

Em números totais, há um relativo equilíbrio entre os dois temas, com pequeno índice em favor do fracasso escolar, equilíbrio este fruto da grande discrepância dos artigos assinados por especialistas: vinte e seis (78,8% do total) que tratam das dificuldades de aprendizagem, contra somente sete (21,2%) sobre o fracasso escolar, já que nos artigos de responsabilidade da redação essa ordem se inverte: maior quantidade de matérias sobre o fracasso escolar em comparação com as que se debruçaram sobre as dificuldades de aprendizagem.

O fato da revista convidar especialistas muito mais para o tema mais específico se comparadas as dificuldades escolares com o tema do fracasso escolar, também parece expressar uma visão de senso comum, disseminada

pelo meio social: tratar da educação em geral não é necessária muita especialização, pois todos nós passamos pela escola e, conseqüentemente, a conhecemos; ao passo que aspectos específicos que envolvem os processos de escolarização demandam um conhecimento mais especializado.

Os dados sobre a relação entre autoria e foco específico estão dispostos na tabela 9.

Tabela 9
Distribuição dos artigos por autoria e foco específico (2013/2019)

Foco	Autoria		Especialista		Revista		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prática pedagógica	10	30,3	85	33,6	95			
Sistema de ensino	14	42,4	56	22,0	70		81,5	
Política educacional	5	15,2	64	25,2	69			
Geral	0	9,1	10	3,9	13		9,1	
Formação docente	3	0,0	13	5,1	13			
Avaliação	0	0,0	9	3,5	9			
Sistema social	0	0,0	9	3,5	9		9,4	
Rel. família-escola	1	3,0	4	1,6	5			
Médico-neurológico	0	0,0	4	1,6	4			
Total	33	100,0	254	100,0	287		100,0	

Os dados da tabela evidenciam que os especialistas foram convidados, predominantemente, para tratar dos três temas mais incidentes.

Se aliarmos o fato de que passaram a colaborar com a revista a partir de 2018, ano de início do atual governo poderemos inferir que uma série de proposições e iniciativas polêmicas, como os da Escola se Partido, Escolas Militarizadas, controle ideológico do conteúdo escolar, entre outras, parece demandar o concurso de pessoal mais qualificado do que em governos anteriores.

Ainda sobre esses temas, verifica-se que ocorre um certo equilíbrio entre as matérias sob responsabilidade da redação sobre o Sistema de Ensino e Políticas Educacionais, com predominância de quase 10% do primeiro (Prática Pedagógica. Ocorre diferença significativa na distribuição desses temas nos artigos publicados por especialistas: a concentração maior reside nas matérias sobre o Sistema de Ensino, seguida pela Prática Pedagógica e, por último, da Política Educacional.

Esta diferença na distribuição pode refletir um certo zelo da revista em reação ao conteúdo de matérias sobre as políticas educacionais no atual momento, na medida em que a maioria esmagadora dos especialistas mais renomados e reconhecidos que têm como foco de estudos e pesquisas exatamente essas políticas têm repudiado de forma avassaladora, praticamente todas as iniciativas tomadas pelo atual governo.

No segundo bloco, as matérias ainda sob a responsabilidade de especialistas perfazem apenas quatro matérias, três deles dirigidos à formação de professores, enquanto que a distribuição entre os dois temas de artigos sob a responsabilidade da redação é bastante equilibrada, com incidência um pouco maior na formação docente

- No terceiro bloco a responsabilidade quase que total recai sobre o pessoal da redação da revista: apenas um artigo sobre a relação família-escola foi assinado por especialista; interessante verificar que mesmo em aspectos muito especializados como a de problemas envolvendo a neurologia, a revista se responsabilizou pela sua elaboração,

Na tabela 10 estão dispostas as informações sobre a relação entre o tema e o público destinatário.

Tabela 10
Distribuição dos artigos por destinatário e tema (2013/2019)

Tema	Destinatário		Educação		Geral		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dificuldades de aprendizagem	79	45,1	59	52,7	138	48,1		
Fracasso escolar	96	54,9	53	47,3	149	51,9		
Total	175	100,0	112	100,0	287	10,0		

Na relação entre os dois temas pesquisados e o público destinatário, além da incidência bastante equilibrada já indicada anteriormente, ocorre uma incidência inversa em relação à distribuição dos temas aos destinatários preferenciais.

Porém dentro dessa incidência inversa verifica-se que a diferença entre os dois temas das matérias dirigidas preferencialmente para o campo

educacional é mais expressiva (9,8%) em favor das que trataram do fracasso escolar, do que as que foram assinadas por especialistas, nas quais, a distinção entre que se voltaram sobre as dificuldade de aprendizagem sobre as voltadas para o fracasso escolar foi de apenas 5,4%.

Na tabela 11 estão apresentados os dados sobre o foco específico em relação ao público destinatário.

Tabela 11
Distribuição dos artigos por destinatário e foco específico (2013/2019) -

Destinatário \ Foco	Educação		Geral		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prática pedagógica	83	47,4	12	10,7	95	
Sistema de ensino	48	27,4	22	19,6	70	81,5
Política educacional	20	11,4	49	43,8	69	
Formação docente	10	5,7	3	2,7	13	9,1
Geral	5	2,9	8	7,1	13	
Avaliação	4	2,3	5	4,5	9	
Sistema social	2	1,1	7	6,3	9	9,4
Rel. família-escola	2	1,1	3	2,7	5	
Médico-neurológico	1	0,6	3	2,7	4	
Total	175	100,0	112	100,0	287	100,0

A distribuição dos focos específicos em relação aos destinatários mostra, no primeiro bloco, incidência de distribuição ao público destinatário relativamente próxima para o campo educacional (86,2%) e para o público em geral (74,1%).

No entanto, constata-se, também que ocorre incidência inversa entre os três focos: para o público específico da educação, a incidência maior recai sobre a Prática Pedagógica, seguida pela voltada ao Sistema de Ensino (27,4%) e, por fim, sobre a que trata da Política Educacional (11,4%); entre aquelas dirigidas ao público em geral verifica-se maior incidência nas matérias que tratam da Política Educacional (43,8%, em seguida as que tratam do Sistema de Ensino (19,6%) e, por último, as voltadas para a Prática Pedagógica (10,7%)

Da mesma forma, ocorre inversão das matérias do segundo bloco, com maior.

Na tabela 12 estão dispostos os dados sobre a relação entre tema e foco específico

Tabela 12
Distribuição dos artigos por tema e foco específico (2013/2019)

Foco	Tema	Dificuldades de Aprendizagem		Fracasso escolar		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prática pedagógica		13	9,4	82	55,0	95	
Sistema de ensino		70	50,7	0	0,0	70	81,5
Política educacional		36	26,1	33	22,1	69	
Formação docente		1	0,7	12	8,1	13	9,1
Geral		12	8,7	1	0,7	13	
Avaliação		1	0,7	8	5,4	9	
Sistema social		1	0,7	8	5,4	9	9,4
Rel. família-escola		1	0,7	4	2,7	5	
Médico-neurológico		3	2,2	1	0,7	4	
Total		138	100,0	149	100,0	287	100,0

No primeiro bloco, verifica-se incidência elevada sobre o Fracasso Escolar das matérias sobre a Prática Pedagógica e Política Educacional matérias voltadas ao, totalizando, as duas, 77,1%, enquanto que as que tratam especificamente das dificuldades de Aprendizagem se concentram nos focos do Sistema de Ensino e Políticas Educacionais (76,8%)

Por outro lado, enquanto os artigos que trataram das dificuldades de aprendizagem, estabeleceram relação entre eles e o Sistema de Ensino de maneira significativa, ela não foi estabelecida em nenhum dos 115 artigos que trataram do fracasso escolar, cuja relação foi prioritariamente com a Prática Pedagógica e, secundariamente, com as Políticas Educacionais.

No segundo bloco, pode-se constatar que a distribuição entre os artigos que abordaram os dois temas é exatamente inversa: aquelas que se voltaram para as dificuldades de aprendizagem foram relacionadas quase que exclusivamente com a formação docente, enquanto que as que trataram do Fracasso Escolar incidiram de forma predominante em aspectos mais gerais da educação escolar.

Além disso, constata-se que nos dois temas foi encontrado somente encontrado um artigo que trata do outro foco do bloco.

No terceiro bloco, apesar do total bastante reduzido, três entre sete artigos que se voltaram para as dificuldades de aprendizagem, abordaram

esse tema do ponto de vista Médico-Neurológico; situação muito distinta dos artigos que trataram do fracasso escolar em que a incidência mais expressiva se deu em relação aos Sistemas de Avaliação e ao Sistema Social.

Estes foram os achados que pudemos estabelecer pelos procedimentos adotados e que tiveram o intuito de estabelecer algumas correlações entre as categorias criadas e que apresentam algumas evidências sobre a natureza e o escopo de matérias que tratam do fracasso escolar e das dificuldades de aprendizagem que, de alguma forma, expressam as formas pelas quais uma revista de divulgação trata desse dois temas fundamentais da educação brasileira, que até hoje se caracteriza pelo caráter seletivo, classificatório e discriminatório, especialmente em relação aos alunos oriundos das camadas populares, cuja síntese analítica apresentam a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o resultado de uma trajetória pessoal frente a educação brasileira, como educadora em ação, cuja atuação frente ao baixo rendimento escolar de meus alunos visava a sua superação, mas meu olhar, ausente de criticidade e minha vontade de fazer dar certo, me levava a buscar culpados, por vezes o aluno, por vezes a família, muitas vezes o professor.

Naquela época, embora tivesse uma série de dúvidas a respeito desse problema, após algum tempo de exercício, começou a me inquietar, razão pela qual decidi ingressar no mestrado à busca de maior embasamento.

Nesse sentido, a dissertação que produzi, com foco na relação entre o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem disseminada pela Revista Nova Escola, como pesquisadora iniciante do universo escolar, a mim tão familiar, por anos de dedicação à profissão, possibilitou com que eu alcançasse patamar de análise, impossível de ser atingido sem o necessário afastamento das exigências que o fazer educativo nos coloca diária e continuamente.

É certo que superar o fracasso escolar é um desafio imenso do sistema educacional brasileiro, pois o futuro do país frente a seu desenvolvimento econômico, social, cultural e científico continuará comprometido diante de expressivos índices de evasão, repetência ou trajetórias escolares sem significativas aprendizagens.

Concordando com Patto (1999), entendo o Fracasso Escolar como um fenômeno que expressa a complexidade da sociedade atual, produzido por múltiplas determinações.

Contudo, ao longo dessa pesquisa, notou-se o quanto as visões hegemônicas a respeito dele ainda centram as análises de sua causa em alunos e suas famílias, em sua maioria advindas das classes populares, como ainda culpabilizam o professor supostamente mal formado e mal remunerado, por não resolver os problemas de aprendizagem do alunado,

deixando para fora do círculos de culpados, a Instituição Escolar, as relações sociais, as concepções pedagógicas e de sociedade, as condições precárias de trabalho dos educadores, as políticas públicas que tanto atravessam as escolas e que se perpetuam na exclusão de alunos de camadas populares , distanciando-os cada vez mais do efetivo direito a escolarização de qualidade.

A escolha da Revista Nova Escola se deu por considerá-la um corpus de análise privilegiado para interpretar e compreender as perspectivas socialis mais abrangentes que a dos trabalhos acadêmicos sobre a educação no Brasil, tendo em vista que, nesses modelos de periódico estão inseridos muitas das concepções educacionais, orientações práticas e metodológicas e representações sociais veiculadas à essas publicações.

Faz dela o típico modelo de Revista segmentada, aquela que busca por respostas e soluções aos problemas enfrentados na educação – problemáticas essas associadas à falta de formação dos professores - que abriu espaço para um vasto mercado de publicações destinadas a esses profissionais, com o intuito principal de auxiliá-los em sua prática, preenchendo as lacunas existentes em sua formação.

O processo de segmentação do mercado de revistas foi uma das formas “ manutenção” encontradas pelos periódicos para atender públicos cada vez mais distintos e se aproximar de seus leitores com títulos cada vez mais específicos tais como: revistas de interesse geral, masculinas, femininas, infanto-juvenis, de moda, de decoração, de esportes, história em quadrinhos etc.

Mira (1997, p. 234), pesquisadora das publicações da Editora Abril, relata que segmentar é “identificar interesses e desejos do público leitor, é saber detectar as tendências de comportamento do mercado, para dar a ele revistas sempre mais atualizadas, afinadas com a realidade”. Desse modo, o leitor passou a ser percebido como um consumidor em potencial e o editor da revista torna-se um especialista em grupos de consumidores”, dentre elas destacamos as pedagógicas ou educacionais, como a Revista Nova Escola. (IMira, p. 234, p. 72).

Para Martins (2001), que realizou um estudo detalhado sobre a atividade da imprensa brasileira em São Paulo, no final do século XIX, percebeu que, no que se refere à ao processo de desenvolvimento dos periódicos pedagógicos e da própria imprensa pedagógica no Brasil, destacam-se três momentos: 1- temos publicações de iniciativa particular, feitas por “idealistas da área”; 2- aquelas produzidas pelas associações do setor educacional, subsidiadas pelo Estado; e 3- predominam os periódicos de cunho empresarial.

Com esse estudo, foi possível notar que, diferente de outras revistas segmentadas, a imprensa pedagógica tem seu foco voltado para os conceitos, ideias e práticas e não para a notícia.

Assim, ao privilegiar conceitos e ideias, o tempo e o formato de “elaboração/publicação/divulgação” desses periódicos se afastam dos demais, o que permite que eles não se desatualizem rapidamente, tendo em vista que na área educacional muitos conceitos continuam a ser discutidos por anos, fazendo com que essas publicações se tornem-se uma permanente fonte de consulta para professores, alunos e pesquisadores.

Para revista dessa natureza, também se espera uma postura própria frente aos conceitos por parte de seus editores quanto ao conteúdo explanado, deixando transparecer “posições que se vinculam mais claramente a determinadas tendências pedagógicas”.

Costa e Silveira (1998) destacam o quão interessante pode vir a ser esse molde de publicações endereçadas ao professor. Para as autoras, as revistas especializadas em educação fazem circular, de forma reduzida e simplificada, as novas tendências, pesquisas e descobertas da área. Assim, essas informações são assim apresentadas visando atingir leitores menos familiarizados com a linguagem científica e/ou acadêmica, o que faz com que eles se aproximem de outros periódicos tidos como mais “populares”, que se propõem a “ensinar como fazer”, dando “dicas”, “sugestões”.

No entanto, esta investigação pode demonstrar, ainda que de forma inicial, alguns aspectos que não se explicam apenas por um apelo mercadológico, mas por um viés ideológico que, ao fim e ao cabo, não expõe o problema central da educação brasileira, pelo menos desde que deixamos de ser uma colônia portuguesa: a da construção histórica de uma escola dual

em que o número escandaloso de fracassados, expõe as camadas escondidas da grande ferida que se abate sobre a nação: para um país com o potencial que o Brasil já mostrou possuir, é inadmissível que 38 milhões de brasileiros com idade acima dos 15 anos (ou seja, 18% da população) sejam analfabetos funcionais e que entre eles, 10 milhões sejam analfabetos absolutos.(INAF, 2018)

Assim, embora não se possa desconsiderar que uma série de informações e de prescrições contribuem, de alguma forma, para a melhoria de alguns aspectos que interferem na qualidade do ensino, enquanto a educação não se constituir efetivamente como uma das maiores, senão a maior, prioridade das políticas nacionais, elas serão de pequeno alcance.

REFERÊNCIAS

- ALGEBAILÉ Eveline, **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2009.
- ANGELUCCI, Carla B. et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991- 2002): Um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 51-72, 2004.
- APARECIDO, Angela Maria Batista. **Os distúrbios de aprendizagem como categoria explicativa para o baixo rendimento escolar: revisão da literatura especializada publicada nas décadas de 60, 70 e 80**. São Paulo, PUC/SP, Dissertação de Mestrado, 2000.
- BARTHOLOMEU, Daniel; SISTO, Fermino Fernandes and MARIN RUEDA, Fabián Javier. **Dificuldades de aprendizagem na escrita e características emocionais de crianças**. *Psicol. estud.* [online]. 2006, vol.11, n.1, pp.139-146. ISSN 1807-0329. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000100016>.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Excluídos do interior. In: Bourdieu, P. **Escritos de educação**. Petrópolis/RJ, Vozes,
- BRASIL. ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Título da notícia. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/sngpc/boletins/2012/boletimsngpc2012 corrigido_2.pdf Acessado em: 25/01/2019.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: PUC, EDUC, 1993
- CAPONI. S. Biopolítica e a medicalização dos Anormais. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, vol.19, n. 2, pp. 529-549, 2011
- CARVALHO, José Sergio de Fonseca. **Escola é sinônimo de meritocracia?** 2016. Disponível em: <https://www.revistaeducacao.com.br/escola-e-igualdade-2/> Acesso em 16/07/2019
- CATANI, Denice Barbara et al. A Profissionalização e as Práticas de Organização dos Professores: Estudos a partir da Imprensa Periódica Educacional. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. 1a . reimpressão. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 77-91.
- CHARLOT, B. (2000). **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000110&pid=S0103-863X200200030000600003&lng=en.pdf. Acesso em 01/01/2020
- CHAVES. Felipe Alan Mendes. **Articul(a)ções entre saúde mental e as escolas: pistas para construir um trabalho intersetorial**. Vitória, UFES, Dissertação de Mestrado, 2016
- CIVITA. Vitor. Apresentação. **Escola**. São Paulo, Abril, nº 1 e 2, mar/abril1986.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A patologização da Educação). **Ideias**, Unicamp, v. 23, p 25-31, 1994.

COLLARES, Cecília; MOYSÉS, M. Aparecida A.; RIBEIRO, Mônica C. (Org.) **Novas capturas, antigos diagnósticos na era do transtornos**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2013

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A revista Nova Escola e a constituição de identidades femininas. In: BRUSCHINI, C.; HOLLANDA, H. B. (Orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 343-378.

FERRARO, Alceu R. Exclusão, trabalho e poder em Marx. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 300-324, jan./jun, 1999

FLETCHER, Phillip R.; RIBEIRO, Sérgio Costa. O Ensino de Primeiro Grau no Brasil de Hoje. **Em Aberto**, Brasília, v. 6, n. 33, p. 1-10, jan./mar. 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO, edição 7, ano 28 ,21/07/ 1994.

FRANCES, Allen. Transformamos problemas cotidianos em transtornos mentais. **El País**, (2014). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/26/sociedad/1411730295_336861.html, Acessado em: 01/03/2019.

FRIGOTTO, Gaudencio. A Polissemia da Categoria Trabalho na batalha das ideias na sociedade de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 168-194, 2009.

GARCIA PAES, Michele Fabiane A. S. e SCICCHITANO, Rosa Maria Junqueira. **20 anos depois: uma pesquisa sobre problemas de aprendizagem na atualidade**. *Rev. psicopedag.* [online]. 2008, vol.25, n.77, pp. 146-157. ISSN 0103-8486. Acesso em 05/05/2020

GARCIA, S., & POUPEAU, F. La mesure de la “démocratisation” scolaire [Notes sur les usages sociologiques des indicateurs statistiques]. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 149(149), 74-87, 2003

GOLFETO, J H. Disfuncao cerebral minima. Uma tecnica de pesquisa em laboratorio. **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria** [S.l.], v. 37, n. 1 , p. 71-87, 1985.

HAMMILL, D.D. (1990). On defining learning disabilities: An emerging consensus. **Journal of Learning Disabilities**, 23(2), 74-84.

HASENBALG, C., & VALLE, N. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

INAF. **Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional**. Instituto Paulo Montenegro;Ação Educativa. Disponível em <https://ipm.org.br/inaf>. Acesso em :12/10/2019.

INAF. **Indicador de alfabetismo funcional**. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro/Ação Educativa, 2018..

KIRK, S.; GALLAGHER, J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

LAGOA, Ana Maria. **A representação da professora na revista Nova Escola** Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1998.

LEMANN. Fundação. **Por pessoas que acreditam no Brasil**. Disponível em: www.fundacaolemman.org.br. Acessado em 26/03/2019.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril**. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1997..

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola**. Campinas /SP, Mercado das Letras, 2001

NÓVOA, António. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. 1a . reimpressão. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 11-31.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Brasil registra aumento de 775% no consumo de ritalina em dez anos**. Disponível em: saude.estado.com.br/noticias/geral,brasil-registra-aumento-de-775-no-consumo-de-ritalina-em-dez-anos. Acessado em: 25/01/2019.

OLIVEIRA, Angelita Mendes Ramos. **Balanco tendencial das dissertações e teses sobre dificuldades de aprendizagem (1987/2010)**. São Paulo, PUC/SP. Dissertação de Mestrado, 2012.

PACÍFICO, S. M. R.; PEDRASSI, A. P. R.; PIOTTO, D. C. (2018). O Fracasso escolar discursivizado por alunos do Ensino Fundamental. *Ensino Em Revista*, 25(3), 810-833. Disponível em <https://doi.org/10.14393/ER-v25n3a2018-15>. Acesso em 02/01/2020

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1990.

PATTO, Maria Helena Souza. **Mutações do cativo: escritos de psicologia e política**. São Paulo, Edusp, 2000.

PIRES, Viviane Ferrareto da Silva. **O processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual: análise de ações integradas da saúde e educação**. São Paulo, PUC/SP, Dissertação de Mestrado, 2016.

PUC/SP. EHPS. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. Projeto de pesquisa desenvolvido no PEPG em Educação: História, Política, Sociedade, coordenado pelo Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/ehps/ementa-proj-inclusao-exclusao-escolar.pdf>. Acesso em: 13/08/2019

PUC-SP/EHPS. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. Projeto de Pesquisa coordenado por José Geraldo Silveira Bueno. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Disponível em: <https://>

www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/ehps/em-enta-proj-inclusao-exclusao-escolar.pdf. Acesso em: 20/06/2019

REVAH, Daniel. Escola e nova escola: faces de um velho sonho. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, v. 30, n. 60, p. 77-95, 2013.

RIPA, Roselaine, **Nova Escola – a revista de quem educa**: a fabricação do modelo ideal do ser professor. São Carlos, UFSCar, Tese de Doutorado, 2010.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SMITH, T.E.C., DOWDY, C.A., POLLOWAY, E.A. & BLALOCK, G.E. **Children and adults with learning disabilities**. Boston: Allyn and Bacon, 1997.

ZORZANELLI, Rafaela; ORTEGA, Francisco. Cultura Somática, neurociência e subjetividade contemporânea. **Psicologia e Sociedade**. Vol. 23, número especial, 2011